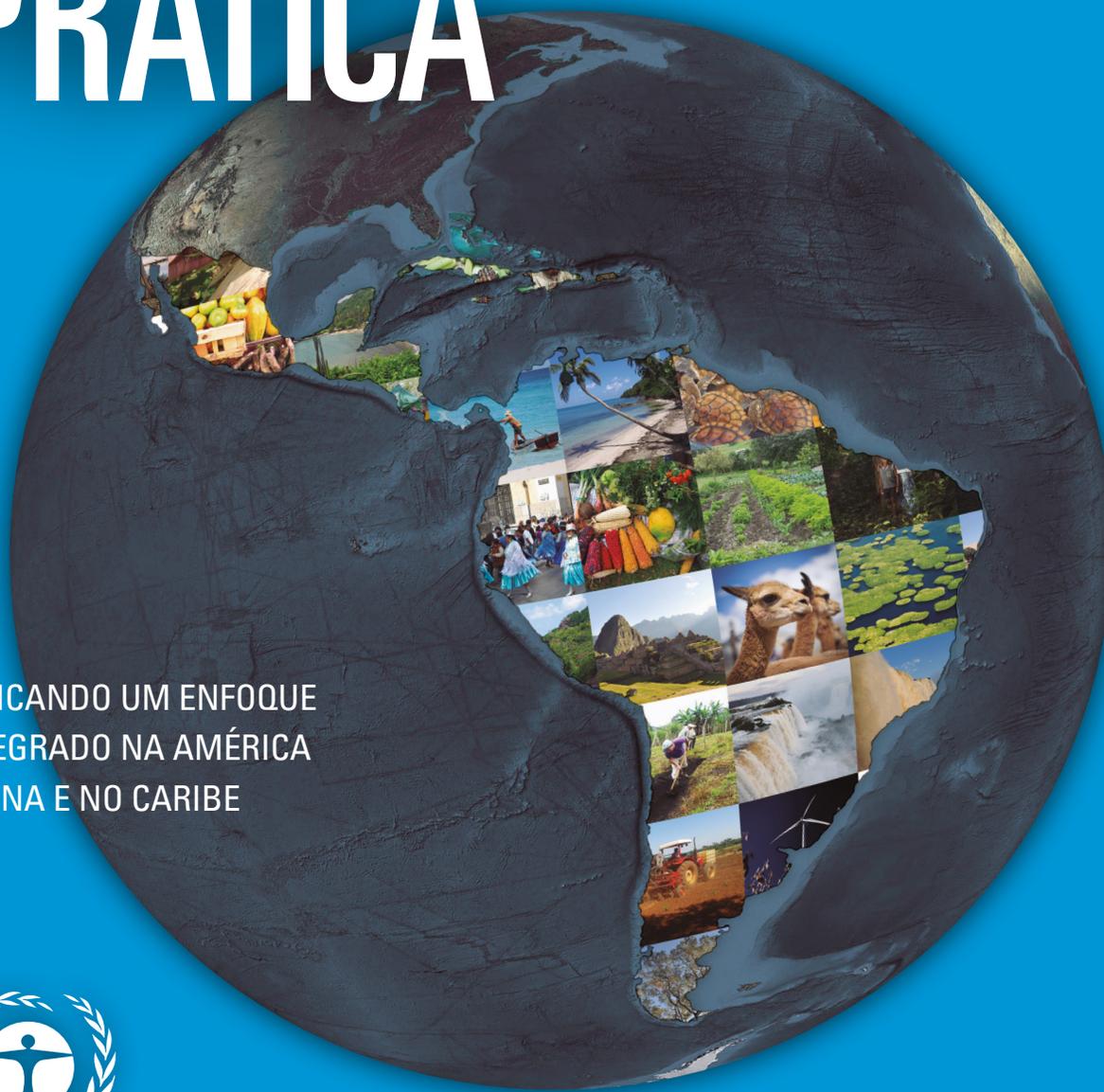


# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA



APLICANDO UM ENFOQUE  
INTEGRADO NA AMÉRICA  
LATINA E NO CARIBE



PNUMA

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA

APLICANDO UM ENFOQUE  
INTEGRADO NA AMÉRICA  
LATINA E NO CARIBE



## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA APLICANDO UM ENFOQUE INTEGRADO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Copyright © 2016, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

ISBN No. 978-92-807-3614-4

Job No: RSD/2065/PA



MINISTERIO DO  
MEIO AMBIENTE



### AVISO LEGAL

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A menção de uma empresa ou produto comercial nesta publicação não implica o endosso do mesmo pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

### REPRODUÇÃO

Esta publicação pode ser reproduzida, no todo ou em parte, e sob qualquer forma para fins não lucrativos ou educacionais, sem permissão especial do detentor dos direitos autorais, desde que a fonte seja citada. O PNUMA gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que utilizar esta publicação como fonte.

Nenhum uso desta publicação pode ser feito para revenda ou qualquer outro fim comercial sem prévia autorização, por escrito, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Pedidos para autorização, acompanhados por uma declaração do propósito e extensão da reprodução, devem ser dirigidos ao Diretor, DPI, UNEP, P.O. Box 30652, Nairobi, 00100, Kenya.

### SUGESTÃO PARA CITAR ESTE DOCUMENTO:

PNUMA, 2016. Desenvolvimento Sustentável na Prática: a Aplicação de uma Abordagem Integrada. Experiências na América Latina e no Caribe. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Cidade do Panamá, Panamá.

### AUTOR PRINCIPAL, COORDENADOR E EDITOR

Piedad Marín.

### AUTORES CONTRIBUINTES DE

#### EXPERIÊNCIAS DOS PAÍSES:

María González, Adrian Cardona, Jorge Chávez-Talbur, Diana Siller, Elizabeth Thompson.

#### EQUIPE DE APOIO

Paul Carr, Juan Carlos Duque, Paullet James-Castillo.

#### DESIGN AND LAYOUT

Andrés Berragán, Mateo L. Zúñiga.



www.puntoparte.com

# AGRADECIMENTOS

Esta publicação foi possível graças ao apoio financeiro do Governo do Brasil, o que permitiu o avanço do projeto “Abordagem Integrada para a Sustentabilidade Ambiental no Planejamento do Desenvolvimento” pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Este livro é baseado em experiências que tiveram uma abordagem equilibrada nas três dimensões do desenvolvimento sustentável e foi sistematizado por consultores da América Latina: Adrian Cardona, Jorge Chavez-Talbur, María González, Diana Siller e Elizabeth Thompson. As informações obtidas e consolidadas por esses consultores para este publicação foram facilitadas pelos fornecedores de informações principais, a quem gostaríamos de expressar a nossa gratidão:

### BRASIL E PAÍSES ANDINOS

Luis Carlos Aguilier, Igor Ansky, Laura Avellaneda, Gerfán Beekman, Bart de Bieve, Ross Borja, Raquel Breda, Fernando Coimbra, Luis Henrique Cunha, Edith Fernandez, Emilio Gabrielli, Pedro Carlos Gama, Ricardo Hirata, Pablo Lorent, Antoneta Noli, Mara Nottingham, Pedro Oyarzun, Gene Pawlowski, Tania Ricardi, Leonarda Souza, Verónica Travers, Bruno Teixeira, Ana Turri, Rolando Vargas, Hugo Vía, Oscar Yirapanqui.

### CARIBE ANGLÓFONO

Vicki Assverso, Loreto Durfy-Mayers, Tricia Greaux, Lorenzo Harwood, Shantal Munro-Knight, La Nicholson, Carlos Antonio Rowe, JECO Caribbean Consultants, National Irrigation Commission Jamaica, OECS St. Lucia.

Finalmente, queremos agradecer também à equipe de Meio Ambiente da ONU, que apoiou esse processo e forneceu comentários valiosos. Dolores Barrientos, Jacinto Buertli, Regina Carini, José Dallo, Matías Gallardo, Silva Grada, Denise Hamu, Suzanne Howard, Isabel Martínez, Mera Murlilo, Vincent Sweeney, Alessandria Vanzella-Khouri e Adriana Zaccarias.

### COLÔMBIA E OS PAÍSES DO CONE SUL

Catalina Arias, Juan Carlos Camargo, Carmen Gando, Martha Lucia Cano, Claudia Capera, Fernando Carrera, Julián Chará, Marcelo Fernández, Jaime Andrés García, Soledad Gianetti, Javier González, Harold Humberto Hernández, Greisel Ledo, Gianni Lopez, Carolina Mena, Diego Molano, Jorge Iván Orozco, Bárbara Pérez, Rubén Pisco, Paula Andrea Ramirez, Patricia Eugenia Reyes, John Mario Rodríguez, Andrés Felipe Sepúlveda, Wilson Sierra, Carlos Vieira Bertrancourt, Natalia Zaldúa, Andrés Zuluaga.

### PANAMÁ, CUBA E REPÚBLICA DOMINICANA

Melissa Breton, Matilde Chávez, Virginia Fernández, Christoph Jungfleischer, Jaime Mira, Rosa Montañez, Liz Parra, Alexandra Ramos, Alberto Rautenberg.

### MÉXICO E A ÁREA MESOAMERICANA

Eugenio Barrros, Ximena Cejcs, Ian Cherret, Froylán Esquinca, Marianella Feoli, Edwin García, Heredia García, Alberto González, Juan Antonio Hernández, Rosaiva Landa, Daniel Matús, Rubén Muñoz, Ingrid Olivo, Cynthia Quiros, Gustavo Rodríguez, Julio César Rosette, José Torres, Luis Zamora.

O PNUMA promove práticas ambientalmente responsáveis em nível global em suas próprias atividades. Este relatório é impresso em papel proveniente de florestas sustentáveis e inclui forras recicladas. O papel é livre de cloro e as tintas usadas na impressão são à base de plantas. Nossa política de distribuição visa reduzir a pegada de carbono do PNUMA.

# ÍNDICE

PRÉFÁCIO .....	6
RESUMO EXECUTIVO .....	7
<b>SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO</b> .....	8
O papel das iniciativas sociais no avanço da política integrada .....	20
<b>O ENFOQUE INTEGRADO</b> .....	10
Desenvolvimento Sustentável .....	10
<b>O CONTEXTO REGIONAL</b> .....	13
<b>O PROCESSO DE COMPILAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS</b> .....	14
<b>MENSAGENS DO CAMPO</b> .....	18
<b>01</b> <b>QUEBRAR OS MICHOS VERSUS CONECTÁ-LOS</b> .....	20
As experiências .....	26
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA</b> .....	26
<i>Brasil</i> <b>02</b> <b>RESPOSTAS GLOBAIS VS. LOCAIS</b> .....	28
Um benefício para a conservação, recreação e turismo .....	28
<i>Brasil</i> <b>03</b> <b>TRANSFORMANDO REALIDADES</b> .....	30
A sustentabilidade exige inovação e mudanças culturais .....	22
<i>Brasil</i> <b>04</b> <b>TEÇA A REDE</b> .....	32
Parcerias como uma ferramenta para a implementação coerente e a ampliação de impactos .....	23
<i>Brasil</i> <b>05</b> <b>O PAPEL DO SETOR PRIVADO</b> .....	24
Para pressionar por um enfoque integrado do ponto de vista econômico .....	24
<i>Brasil</i> <b>06</b> <b>O MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO</b> .....	25
Decisões equilibra das e de longo prazo requerem dados .....	25
<i>Colômbia</i> <b>PEREGRINA SUSTENTÁVEL</b> .....	42
Alianças poderosas que garantem lucros econômicos e ambientais .....	42
<i>Costa Rica</i> <b>ACTUAR</b> .....	44
Uma associação de comunidades em prol do turismo rural alternativo .....	44
<i>Chile</i> <b>COOPERATIVAS DE RECICLAGEM</b> .....	46
Promovendo o interesse coletivo e a Inclusão Social .....	46
<i>El Salvador</i> <b>ENERGIA MUNICIPAL EM AÇÃO</b> .....	48
Respostas institucionais localizadas para o manejo sustentável da terra .....	48
<i>Equador</i> <b>RUIDO DA ÁGUA DE QUITO</b> .....	50
Financiamento local para a sustentabilidade .....	50
<i>Honduras</i> <b>QUESUNGUAL</b> .....	52
O valor real de proteger os solos .....	52
<i>México</i> <b>ALÉM DA SEGURANÇA ALIMENTAR</b> .....	54
15 anos de produtividade agrícola no combate à pobreza .....	54
<i>Peru</i> <b>COMUNIDADES MONTANHOSAS IMPULSIONAM A MUDANÇA</b> .....	56
Ecossistemas saudáveis para reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima .....	56
<i>República Dominicana</i> <b>HOSPÍTAIS SEGUROS E VERDES</b> .....	58
Saúde, meio ambiente e gestão de riscos .....	58
<i>República Dominicana</i> <b>ÍNDICE DE VULNERABILIDADE AOS PERIGOS CLIMÁTICOS</b> .....	60
Remendo o ciclo entre a pobreza e a vulnerabilidade ambiental .....	60
<i>Turquia e Taiwan</i> <b>O MERCADO VERDE E O FUTURO DA AGRICULTURA</b> .....	62
Alimentação e cultura em Santa Cruz .....	62
<i>Uruguai</i> <b>RENOVANDO A ENERGIA</b> .....	64
Tensão para uma matriz energética mais limpa e eficiente .....	64
<i>Argentina</i> <b>UM ESTILO DE VIDA SUSTENTÁVEL</b> .....	67
A experiência da Escola de Agricultura .....	67
<i>Brasil</i> <b>O PROGRAMA ÁGUA DOCE</b> .....	67
Água para o Sertão do Brasil .....	67
<i>Costa Rica</i> <b>CAFÉ NAMA</b> .....	67
Comunidade de produtores impulsiona a neutralização de carbono no país .....	67
<i>Chile</i> <b>FLORESTA MODELO</b> .....	68
Processos ativos para a gestão sustentável das terras .....	68
<i>Granada</i> <b>MAIS DO QUE UMA ESCOLA</b> .....	68
As aulas verdes de Granada para a aprendizagem ao longo da vida .....	68
<i>Jamaica</i> <b>UMA LENTE DE GÊNERO PARA A ECONOMIA VERDE</b> .....	68
Capacitando mulheres agricultoras no Caribe .....	68
<i>México</i> <b>GARANTINDO A ÁGUA PARA AS PESSOAS E PARA O MEIO AMBIENTE</b> .....	69
189 reservas para garantir o uso justo e sustentável de água .....	69
<i>Panamá</i> <b>FUNDO ECOLÓGICO DO PANAMÁ</b> .....	69
Um mecanismo de financiamento de longo prazo .....	69
<i>Paraguai</i> <b>MODERNIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	69
Novas tecnologias de produção para combater a pobreza e fomentar resiliência .....	69

unep/ipe/imp.org



# PREFÁCIO

No ano passado, cerca de 200 líderes mundiais concordaram em tomar o nosso mundo mais justo, mais inclusivo e mais seguro por meio da erradicação da pobreza e da proteção dos recursos naturais. Essas nações acordaram que seria necessário colocar em pé de igualdade desenvolvimento social, econômico e ambiental. Concordam, ainda, que todas as partes interessadas, atores públicos e privados, devem somar esforços. O presente relatório oferece um conjunto diversificado de histórias inspiradoras, que mostram como esses esforços integrados vêm beneficiando pessoas na América Latina e no Caribe, o que pode ser feito também em outros lugares.

Quando se trata de equilibrar diferentes objetivos e orçamentos, os tomadores de decisão, em todos os setores, deparam-se com escolhas cada vez mais difíceis. A boa notícia é que não precisamos optar entre o meio ambiente, a economia e o bem-estar das pessoas. Essas iniciativas revelam como, mediante alguma criatividade, muita determinação e certa priorização criteriosa, é possível juntar essas três objetivos.

Por exemplo, é fácil simplificar o impacto da pecuária sobre o meio ambiente. No entanto, novas técnicas estão surgindo em diferentes países da América Latina e do Caribe. Essas técnicas mostram o enorme potencial dessa atividade para reduzir a pobreza, a insegurança alimentar e a perda de biodiversidade, ao mesmo tempo em que permitem enfrentar a mudança do clima e promover o crescimento econômico. Considere-se o Projeto “Pecuária Sustentável” da Colômbia, com o qual a líder comunitária Alba Tamayo está engajada. Esse projeto deve muito de seu sucesso à ampla cooperação que favorece as diversas partes interessadas, entre as quais: governo, sociedade civil e organizações civíticas, assim como milhares de agricultores.

Muitas histórias apontam para os benefícios de novas tecnologias, enquanto outras destacam as possibilidades de adaptação do conceito em distintos lugares. Todas, entretanto, têm algo em comum: demonstram a importância de envolver sociedade civil e governo, em todos os níveis. Isso é especialmente marcante em uma iniciativa de Honduras, a qual explica como o conhecimento tradicional pode reverter a degradação do solo, aumentar seu valor e mostrar às novas gerações que as atividades de corte e queima não são a melhor opção.

Estes exemplos refletem a determinação dos países da América Latina e do Caribe em integrar desenvolvimento social, ambiental e econômico, e colocar o ser humano como prioridade. Essa é nossa meta comum. Alcançá-la em um planeta frágil e de recursos finitos demandará maior cooperação internacional e uma distribuição mais estratégica do investimento. Fazemos, portanto, votos para que todos aqueles que buscam alcançar resultados, seja em âmbito local, regional ou global, utilizem este relatório como fonte de inspiração prática que os ajude a enfrentar as prioridades que houverem por bem estabelecer.

**Sarney Filho**

*Ministro do Meio Ambiente do Brasil*

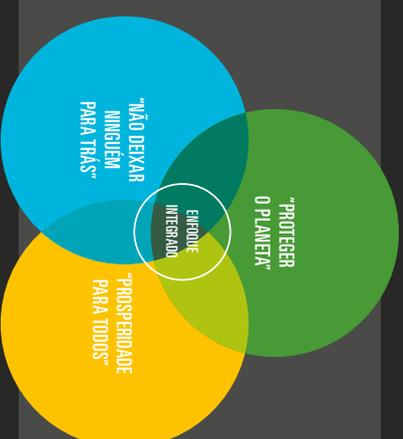
**Erk Solheim**

*Diretor Executivo da ONU Meio Ambiente*

## RESUMO EXECUTIVO

### O QUE BUSCÁVAMOS ...

Uma abordagem integrada de desenvolvimento sustentável que promova o crescimento econômico sustentável e incluído, o desenvolvimento social e a proteção ao meio ambiente.



### QUEM PARTICIPOU ...

**33** países envolvidos  
**57** experiências identificadas  
**28** iniciativas documentadas em detalhes  
**96** pessoas entrevistadas

**01** QUERER OS NICHOS VERSUS CONECTÁ-LOS

Três dimensões de desenvolvimento em direção a uma visão única

**02** RESPOSTAS GLOBAIS VS. LOCAIS

Do nível local para o nível global e vice-versa

**03** TRANSFORMANDO REALIDADES

A simbiose necessária entre a cultura e a tecnologia

### AS PRINCIPAIS MENSAGENS DO CAMPO ...

**04** TEÇÀ A REDE

As parcerias em prol da integração que realmente funcionam

**05** O PAPEL DO SETOR PRIVADO

Um parceiro com recursos para as mudanças sustentáveis

**06** O MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO

Dados são bem informados e com uma perspectiva equilibrada de longo prazo

# SOBRE ESTÁ PUBLICAÇÃO

**“A vida é uma e o mundo é um só, e todas estas questões estão interligadas. A explosão demográfica, a pobreza, a ignorância e as doenças, a poluição do meio ambiente, o armazenamento de armas nucleares e armas biológicas e químicas de destruição são todas partes de um círculo vicioso. Cada um é importante e urgente, mas lidar com eles, um de cada vez, seria um esforço desperdiçado.”**

**Indira Gandhi,**

*Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, 1972*

A Assembleia Geral da ONU adotou o documento Transformando nosso Mundo, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UNGA, 2015) em setembro de 2015. Esse documento, resultado de um intenso processo participativo por parte de governos, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas no desenvolvimento, descreve os planos que garantirão uma parceria global para promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo, a erradicação da pobreza e a proteção ambiental. Conforme o preâmbulo: “Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da carência e de cura e proteger o nosso planeta.”

A complexidade dos desafios de desenvolvimento enfrentados por nossas sociedades, como desigualdade crescente, aumento do desemprego, desastres relacio-

dados com o clima, migração e degradação dos recursos naturais, exige ação coletiva, liderança estratégica e políticas de abordagem holística para a promoção da transição para um futuro sustentável para todos.

Como a fase de implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) já começou, a comunidade global de desenvolvimento está avaliando quais estratégias e recursos são necessários para alcançar essa ambiciosa agenda.

No entanto, a Agenda 2030 e os ODS não foram criados em um vácuo. Esforços paralelos para caminhar rumo a sustentabilidade vêm ocorrendo em todo o mundo. Durante anos, a região da América Latina e Caribe (ALC) tem desenvolvido e implementado estratégias e políticas em que se utiliza uma abordagem integrada para o desenvol-

virmento sustentável. Embora projetadas antes da definição dos ODS, essas iniciativas já contribuíram para a sua realização.

Esta publicação fornece esclarecimentos sobre os desafios a serem enfrentados, com o propósito de ajudar os formuladores de políticas que procuram equilibrar a integração com diferentes objetivos de desenvolvimento. Destaca também os diferentes papéis que as partes interessadas podem desempenhar, sejam elas governos, sociedade civil ou setor privado, no processo de desenvolvimento. Para isso, fornece uma visão geral dos conceitos e ferramentas úteis, já utilizados com sucesso em iniciativas na região da ALC. Ao revelar as ligações dessas iniciativas com os objetivos específicos dos ODS, as experiências analisadas oferecem conhecimentos práticos e pontos de



© Ubirajara Machado.

partida para permitir a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, maximizando os benefícios ambientais, sociais e econômicos. Nesse sentido, esta publicação é uma antologia de abordagens bem-sucedidas e inovadoras para o desenvolvimento sustentável. Os leitores devem sentir-se livres para explorar cada exemplo e considerá-los cuidadosamente para extrair dicas — e talvez inspiração — que lhes permitirão criar e implementar suas próprias abordagens integradas.

Em termos de organização, a publicação começa com a apresentação de um quadro que define como a Agenda 2030 fornece o caminho para uma abordagem integrada para o desenvolvimento sustentável. Em seguida, apresenta uma visão geral do processo para compilar as experiências que se

seguem. Isso inclui os critérios de identificação e qualificação de políticas genuínas, planos e iniciativas integrados e como foram avaliados, antes de analisar as tendências e as principais conclusões.

A seção seguinte aborda especificamente as experiências escolhidas para exemplificar de como uma abordagem integrada pode fluir a partir de qualquer setor, estar presente em qualquer fase do ciclo de políticas e ser aplicada em escalas que vão desde o local até o regional. A breve apresentação de dezesseis experiências adicionais que foram deixadas de fora devido às limitações de espaço. Todas exemplificam como podemos alcançar, simultaneamente, múltiplos benefícios nas três dimensões do desenvolvimento sustentável. Importantes informações adicionais fo-

ram incluídas em um compêndio on-line que complementa esta publicação. O objetivo é de garantir que os dados, o conhecimento e as melhores práticas possam ser compartilhados, a fim de auxiliar sua reprodução e ampliação em toda a região da ALC. O compêndio digital pode ser encontrado no final desta publicação ou na UNEP Live, plataforma da ONU para compartilhar dados e conhecimentos: [www.unep.org/uneplive](http://www.unep.org/uneplive)

O documento é concluído com informações sobre várias oportunidades e como uma um enfoque integrado pode ir além das experiências aqui apresentadas e tornar-se o “*status quo*” para o planejamento, implementação e avaliação de planos de desenvolvimento sustentáveis rumo à realização dos objetivos e das metas estabelecidas na Agenda 2030.

# O ENFOQUE INTEGRADO

## E A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Resultados de desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis não podem ser alcançados se a ação de desenvolvimento permanece dentro de silos sociais, econômicas e ambientais tradicionais. Em vez disso, uma abordagem mais holística ou “integrada” torna-se necessária. Dessa forma, as conexões entre o progresso social, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental são reconhecidas.

No documento final da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (conhecida como Rio+20), os líderes mundiais reconheceram essa questão, declarando que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado pela “promoção do crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo, criando maiores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, elevando os padrões básicos de vida, promovendo o desenvolvimento social equitativo e a inclusão e também a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas.” Eles pediram “abordagens holísticas e integradas para o desenvolvimento sustentável” para guiar a humanidade para uma vida em harmonia com a natureza e ajudar a “restaurar a saúde e a integridade do ecossistema da Terra.”<sup>1</sup>

A Agenda 2030 avança nuno a esses *ethos*. Ela sintetiza o âmbito e a complexidade das questões de desenvolvimento que o mundo enfrenta, identificando cinco temas fundamentais para a ação:

1. UN (2012).GA resolution 66/281 – The Future We Want. Parágrafo 40. A Organização das Nações Unidas. Nova Iorque.

passas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

A Agenda vai ainda mais longe, estabelecendo 17 objetivos com 169 metas, conforme estipulado na Rio+20. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são “integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável.” Por isso, não é possível fazer avanços, selecionando, em apenas alguns dos objetivos. A natureza multidimensional do desenvolvimento estabelece o desafio e a necessidade de se alcançar, simultaneamente, ganhos de longo prazo em todas as áreas – e quaisquer ações devem levar em conta esse reconhecimento. Um exemplo dessa multidimensionalidade é encontrado no papel que a sustentabilidade ambiental desempenha na criação de um futuro próspero para todos. Sua inclusão em todos os ODS desafia a humanidade a encontrar novas formas de assegurar o bem-estar que não resultem no esgotamento dos recursos naturais, na degradação ambiental ou na destruição dos meios de subsistência.

A Agenda também visa assegurar que a abrangência da abordagem do desenvolvimento seja manida. Não só existem claras ligações entre tópicos, visões e compromissos internacionais anteriores (tais como os Acordos Ambientais Multilaterais, mecanismos de Direitos Humanos e a Declaração do Milênio), mas também incorpora ferramentas, como coerência política, boa governança e parcerias nas metas relacionadas com os meios de implementação. Esse quadro implica que o progresso para atingir um objetivo pode levar a sucessos em muitos outros campos se uma abordagem integrada for aplicada.

### 2012

**Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).** O documento final “O futuro que Queremos” reconhece que: “Desde 1992 tem havido áreas em *avanços insuficientes e retrocessos na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável*... [pedindo um fórum político de alto nível para] *melhorar a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma holística e intersectoral em todos os níveis.*”

### 1992

**Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 92)** definiu a Agenda 21 como uma ferramenta para promover uma “*abordagem equilibrada e integrada às questões do meio ambiente e desenvolvimento*” em que a tomada de decisão dos governos e as políticas levam em conta a complexidade e abrangência do desenvolvimento sustentável.

### 1980

**Estratégia de Conservação Mundial (WCS, na sigla em inglês)** – A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, na sigla em inglês) descreve o conceito de Desenvolvimento Sustentável: “*É a capacidade de integrar todas as fases dos processos de diálogo e de desenvolvimento, a partir da definição inicial de políticas até sua eventual implementação e operacionalização.*”

### 2015

**A Cúpula de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.** “*Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*” pede para “*alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de uma forma equilibrada e integrada.*”

### 2002

**Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.** O relatório da Cúpula exige: “*A integração das dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada.*”

### 1987

**A Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, na sigla em inglês)** divulgou seu relatório *Nosso Futuro Comum* e popularizou desenvolvimento sustentável. “*A capacidade de escolher políticas que são sustentáveis requer que as dimensões ecológicas das políticas sejam consideradas ao mesmo tempo que as de economia, comércio, energia, agricultura, indústria e outras dimensões – nas mesmas agendas e nas mesmas instituições nacionais e internacionais.*”

### 1972

**Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano – Introdução do Princípio 13:** “*Os Estados devem adotar uma abordagem integrada e coordenada para os seus planejamentos de desenvolvimento, de modo a assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a necessidade de proteger e melhorar o ambiente humano em benefício de sua população.*”

A BREVE HISTÓRIA DO ENFOQUE INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## POR QUE UM ENFOQUE INTEGRADO?

O nosso mundo enfrenta questões cada vez mais complexas que desafiam a categorização tradicional e são difíceis de resolver. Apesar disso, os projetos de desenvolvimento são, frequentemente, descoordenados e dificultados por inúmeros processos políticos independentes, pelas partes interessadas e pela falta de recursos que, muitas vezes, acabam com resultados ineficazes, ineficazes e insperados — ou não compreendidos. Mudar de intervenções focadas em apenas uma questão para um enfoque integrado que desenvolva sistemas completos garantirá que as questões complexas de hoje sejam encaradas de uma forma holística.

### UM ENFOQUE INTEGRADO PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



**Estratégias de desenvolvimento mais eficientes e eficazes em que os recursos são utilizados, com o seu efeito máximo, para alcançar ganhos irreversíveis e sustentáveis.**

# O CONTEXTO REGIONAL

A região da América Latina e Caribe é incrivelmente vibrante. Sua riqueza nos contrastes políticos, sociais e naturais é evidente no contexto das dimensões dos países, nas estruturas econômicas e nas diversas características geográficas e ecológicas. Apesar dessa diversidade, várias características comuns se apresentam: as economias nacionais continuam com uma persistente e pesada dependência de produtos primários e recursos naturais; e os países da região, predominantemente de renda média, continuam com desigualdade generalizada, com muitas pessoas que permanecem em uma “classe vulnerável”, com risco de permanecer na pobreza.

A região tem alcançado avanços na abordagem de vários desafios socioeconômicos de alta prioridade, como a diminuição da pobreza e do número de pessoas vivendo em favelas. No entanto, o progresso tem ocorrido, em muitos casos, às custas do ambiente natural — as fronteiras agrícolas crescem e a população, predominantemente urbana, continua a crescer, seguindo padrões de produção que agravam o problema da degradação ambiental.

Além disso, as questões ambientais na região são vulneráveis a ameaças globais. Apesar de a América Latina e o Caribe terem a menor taxa de emissão de carbono do que qualquer outra matriz energética regional, as populações e as economias já



© UNEP

estão sob pressão de mudanças climáticas globais que devem se tornar cada vez mais extremas. Por exemplo, as geleiras andinas, que fornecem um recurso vital de água, estão derretendo, e o aumento na intensidade e frequência de eventos climáticos extremos não deixou nenhum país da região isento dos seus efeitos.

O compromisso entre o progresso humano e a saúde ambiental não são mais sustentáveis. O futuro das economias da região, bem como a capacidade para combater a pobreza e reverter a desigualdade, dependem muito dos recursos naturais da região e da capacidade dos governos de gerenciá-los de forma eficaz. Portanto, padrões não sustentáveis de produção e de consumo precisam, urgentemente, ser revisados para que a região possa garantir o bem-estar da sua população em crescimento.

Asse respeito, a região da América Latina e Caribe tem a oportunidade de construir e expandir iniciativas existentes. Pessoas comprometidas e inovadoras da sociedade civil, das comunidades, dos governos e do setor privado têm colocado em prática iniciativas de desenvolvimento sustentáveis em diferentes escalas. Tais iniciativas surgiram da necessidade de resolver problemas complexos e as visões que os impulsionam são um reflexo da diversidade da região. Os compromissos assumidos pelas diversas forças das nações e territórios deram luz a muitas iniciativas que lejam em conta as diversas necessidades e abordagens de desenvolvimento. Elas não só conciliam os interesses de curto prazo das diversas partes interessadas, mas também obtêm seu compromisso e corresponsabilidade para garantir um futuro sustentável.

# O PROCESSO DE COMPILAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

## METODOLOGIA

A compilação de experiências foi realizada em três fases: identificação, documentação e análise. Nas fases de identificação e documentação, as experiências foram cuidadosamente examinadas para garantir que somente aquelas que melhor satisfizessem os critérios fossem à fase de análise. O processo de identificação incluiu consultas envolvendo todos os 33 países da região. Depois de um processo minucioso de revisão de políticas, projetos e programas, 57 experiências, que empregam, potencialmente, um enfoque integrado, foram identificadas. A partir desse momento, foi tomada a decisão de documentar melhor os 28 casos mais representativos. Noventa e seis pessoas estiveram envolvidas nesse processo e contribuíram para a identificação e disponibilização de informações específicas.

Os seguintes critérios específicos foram aplicados para identificar as experiências:

### I. RESULTADOS VERIFICÁVEIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM INTEGRADA:

Isso se refere à realização dos objetivos explícitos e implícitos nas três dimensões do desenvolvimento (econômico, social e ambiental). Para isso, foi necessário que os objetivos e a metodologia para a avaliação fossem explícitos na documentação da experiência e que houvesse progresso na sua

implementação. Os critérios utilizados para verificar se os resultados estavam alinhados com as três dimensões são apresentados no gráfico da próxima página.

#### Aspectos-chave

**Realização dos objetivos, existência de um processo de planejamento e de um sistema de monitoramento.**

#### II. PERTINÊNCIA E LEGITIMIDADE:

Refere-se ao grau em que as experiências levaram em conta as necessidades ou contextos específicos (seja nacional, subnacional ou local) e como as experiências responderam a essas necessidades e a esses contextos. Para que as experiências sejam consideradas pertinentes e legítimas, devem ter correspondido a uma avaliação objetiva de necessidades e as principais partes interessadas devem ter sido consultadas e incluídas na intervenção.

#### Aspectos-chave

**Avaliação de necessidades, envolvimento das principais partes interessadas/beneficiários.**

#### III. SUSTENTABILIDADE:

As experiências, para serem consideradas, tinham de ter a capacidade de ser susten-

táveis ao longo do tempo. Aspectos-chave considerados para esse critério foram: (a) o apoio explícito das partes envolvidas; e (b) conhecimento pleno dos recursos necessários para manter os resultados ou processos. Isso contribui para a irreversibilidade das mudanças alcançadas pela intervenção.

#### Aspectos-chave

**História da iniciativa ou do projeto, análise de recursos, apoio das principais partes interessadas.**

#### IV. REPLICABILIDADE E POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO:

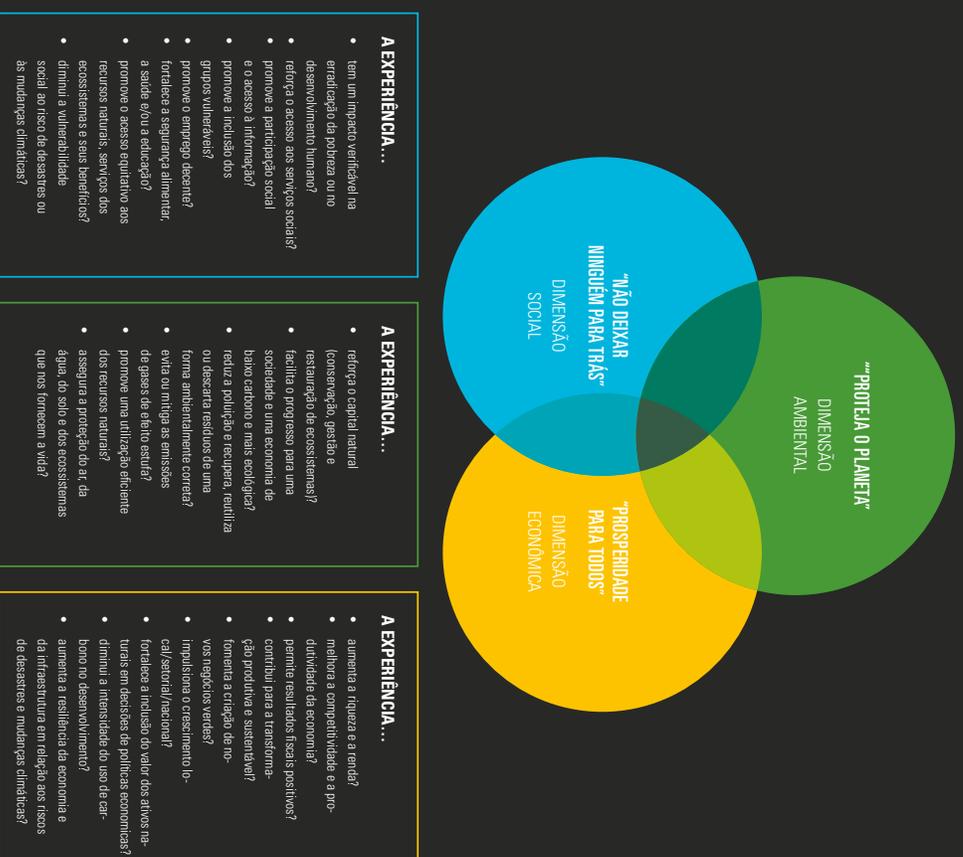
O potencial para replicação foi determina-

do quando a experiência pudesse ser implementada em outros contextos. Portanto, não poderia incluir recursos exclusivos pessoais ou econômicos, estruturas legais, instituições etc. que tornariam a replicação difícil. Uma maneira de verificar a replicabilidade era saber se a experiência já havia sido implementada em outros locais.

#### Aspectos-chave

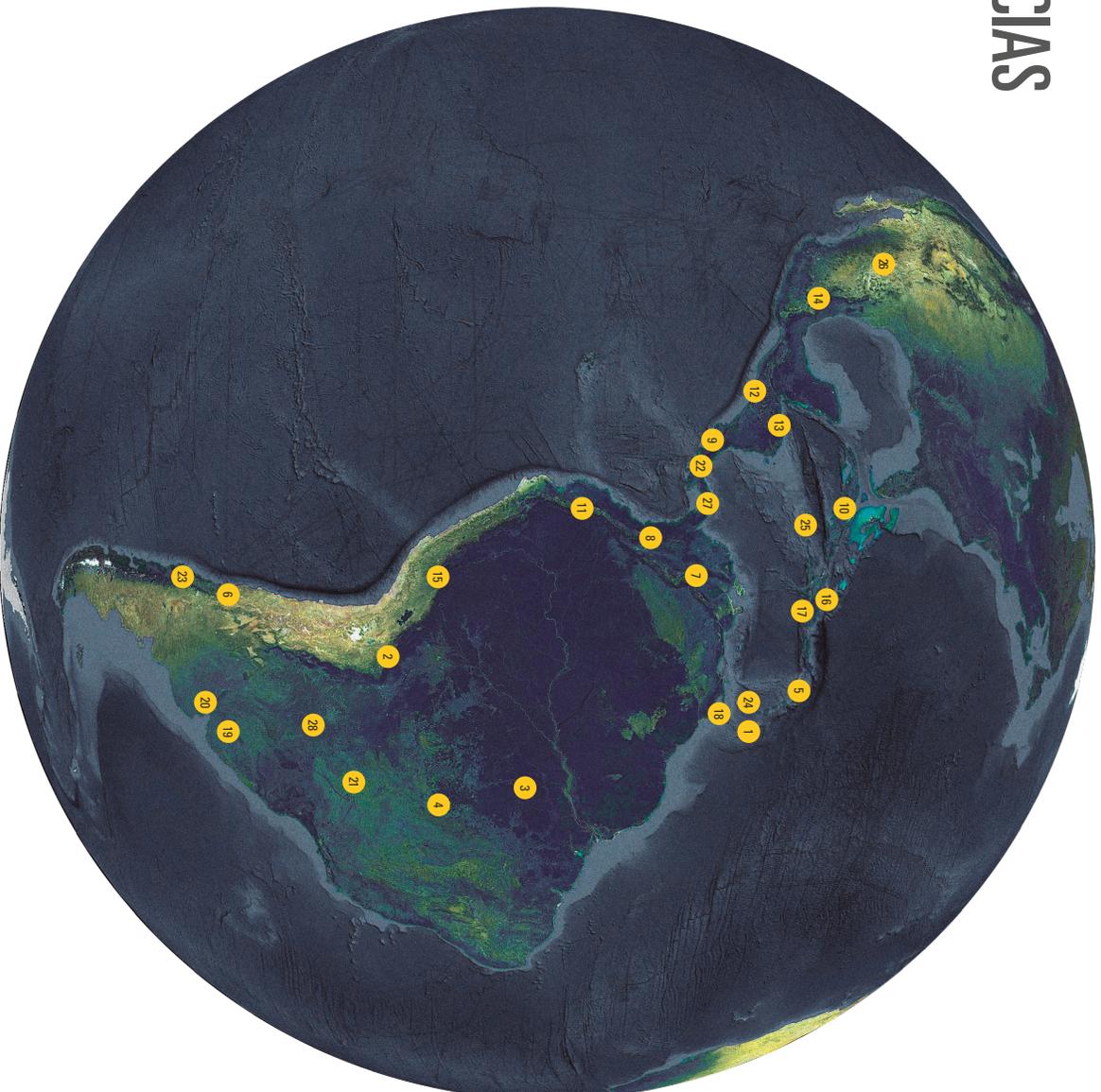
**Especificidade da concepção e dos objetivos, existência da mesma intervenção (ou uma versão dela) em outro contexto, recursos necessários e condições que permitam sua realização.**

## OS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA VERIFICAR OS RESULTADOS DAS EXPERIÊNCIAS NAS TRÊS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



# AS EXPERIÊNCIAS

- 1 *Barbados*  
O CALÇADÃO DE BARBADOS
- 2 *Bolívia*  
MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO
- 3 *Brazil*  
BOLSA VERDE
- 4 *Brazil*  
CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS
- 5 *Camêrnia Oriental*  
VIVENDO A ECONOMIA AZUL
- 6 *Chile*  
AR SAZONAL PARA SANTIAGO DO CHILE
- 7 *Colômbia*  
BANCO2
- 8 *Colômbia*  
PECUÁRIA SUSTENTÁVEL
- 9 *Costa Rica*  
ACTUAR
- 10 *Cuba*  
COOPERATIVAS DE RECICLAGEM
- 11 *Ecuador*  
FUNDO DA ÁGUA DE QUITO
- 12 *El Salvador*  
SINERGIA MUNICIPAL EM AÇÃO
- 13 *Honduras*  
QUESIUNGA



- 14 *México*  
ALÉM DA SEGURANÇA ALIMENTAR
- 15 *Peru*  
COMUNIDADES MONTANHOSAS IMPULSIVAM A MUDANÇA
- 16 *República Dominicana*  
HOSPÍTAIS SEGUROS E VERDES
- 17 *República Dominicana*  
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE AOS PERIGOS CLIMÁTICOS
- 18 *Trinidad e Tobago*  
O MERCADO VERDE E O FUTURO DA AGRICULTURA
- 19 *Uruguai*  
RENOVANDO A ENERGIA
- 20 *Argentina*  
UM ESTILO DE VIDA SUSTENTÁVEL
- 21 *Brazil*  
O PROGRAMA ÁGUA DOCE
- 22 *Costa Rica*  
CAFÉ MANA
- 23 *Chile*  
FLORESTA MODELO
- 24 *Granada*  
MAIS DO QUE UMA ESCOLA
- 25 *Jamaica*  
UMA LENTE DE GÊNERO PARA A ECONOMIA VERDE
- 26 *México*  
GARANTINDO ÁGUA PARA AS PESSOAS E PARA O MEIO AMBIENTE
- 27 *Panamá*  
FUNDO ESCOLAR DO PANAMÁ
- 28 *Paraguai*  
MODERNIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR

# MENSAGENS OBTIDAS EM CAMPO

A região de América Latina e Caribe tem exercido papel ativo em todos os processos multilaterais relacionados com a governança global e o desenvolvimento sustentável. Regionalmente, há diversas alianças governamentais, redes de ação e plataformas de organizações que abordam essas questões de diferentes âmbitos geográficos e com diferentes abordagens operacionais e que envolvem um grupo diverso de partes interessadas. Ao longo

dos anos, essas iniciativas têm produzido o registro de conhecimentos e práticas que visam promover a sustentabilidade no desenvolvimento da região.

As experiências compiladas neste documento produziram – ou ainda produzem – resultados tangíveis no desenvolvimento econômico (prosperidade para todos), bem-estar social (não deixar ninguém para trás) e sustentabilidade ambiental (proteger o planeta). O problema comum que levou todas elas a abraçarem essa abordagem *triple-win* veio da necessidade de resolver os problemas de desenvolvimento complexos e multidimensionais. A abordagem holística ou sistêmica foi fundamental para o conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, isso não foi necessariamente a inspiração-chave para as soluções adotadas pelos exemplos de campo apresentados.

Os exemplos seguintes apresentam diferentes formas e pontos de entrada para se chegar a um enfoque integrado e alcançar resultados equilibrados. Esses pontos

de entrada têm origem nas diversas iniciativas, tais como os esforços de setores promotores de desenvolvimento específicos para tornar suas estratégias mais verdes e garantir resultados mais sustentáveis no domínio social, ou na necessidade de alinhar os interesses das diferentes partes interessadas em torno de problemas em comum, como acesso à água, conservação das florestas ou adaptação às mudanças climáticas. As experiências também mostram que uma abordagem holística pode servir de iniciativas locais que identificam padrões insustentáveis de desenvolvimento que só possam ser corrigidos por meio de soluções abrangentes. Além disso, estratégias de nível nacional estão adotando abordagens integradas quando suas implementações requerem uma perspectiva de longo prazo, que busque a verdadeira transformação para a sustentabilidade.

Um resultado preliminar da análise desta compilação foi sintetizado em torno das seguintes mensagens-chave:



© Anell Gómez / PNUD.

A duração média das experiências catalogadas é entre

# 9 10

e anos mostrando a necessidade de esforços de longo prazo para produzir mudanças de desenvolvimento em campo.

de entrada têm origem nas diversas iniciativas, tais como os esforços de setores promotores de desenvolvimento específicos para tornar suas estratégias mais verdes e garantir resultados mais sustentáveis no domínio social, ou na necessidade de alinhar os interesses das diferentes partes interessadas em torno de problemas em comum, como acesso à água, conservação das florestas ou adaptação às mudanças climáticas. As experiências também mostram que uma abordagem holística pode servir de iniciativas locais que identificam padrões insustentáveis de desenvolvimento que só possam ser corrigidos por meio de soluções abrangentes. Além disso, estratégias de nível nacional estão adotando abordagens integradas quando suas implementações requerem uma perspectiva de longo prazo, que busque a verdadeira transformação para a sustentabilidade.

Um resultado preliminar da análise desta compilação foi sintetizado em torno das seguintes mensagens-chave:

- 01** QUERENDO INCIOS VS. FAZER PONTES ENTRE ELAS: O PAPEL DAS INICIATIVAS SETORIAIS NO AVANÇO DA POLÍTICA INTEGRADA.
- 02** RESPOSTAS GLOBAIS VS. LUCRAS: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É ESPERADO NO CONTEXTO, MAS AS POLÍTICAS MAIS AMPLAS IMPROBAM.
- 03** TRANSFORMANDO REALIDADES: A SUSTENTABILIDADE EXIGE INOVAÇÃO E AJUDAS CULTURAIS.
- 04** TÊÇA A REDE: PARCEIRAS COMO TERAPIENTA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DEBENTE E A APLICAÇÃO DE IMPACTOS.
- 05** O PAPEL DO SETOR PRIVADO PARA PRESSÃO POR UM ENFOQUE INTEGRADO DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO.
- 06** O MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO: DESAFIOS EQUILIBRADOS E DE LONGO PRAZO REQUEREM DADOS.

40%  
das  
iniciativas revisadas integram  
novas tecnologias como base  
para mudanças sustentáveis.

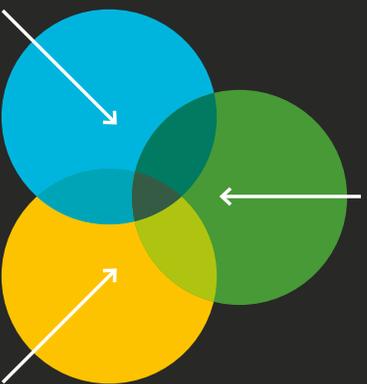
# 01

## QUEBRAR OS NICHOS VERSUS CONECTÁ-LOS

### O PAPEL DAS INICIATIVAS SETORIAIS NO AVANÇO DA POLÍTICA INTEGRADA

As experiências revelaram que os esforços setoriais para construir pontes entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável nas suas próprias políticas, seus programas e suas iniciativas forneceram excelentes pontos de entrada estratégicos para reforçar a integração e a coerência global dessas políticas.

Os governos têm, naturalmente, diferentes processos e estruturas em nível estratégico para coordenar as políticas de desenvolvimento e quebrar nichos. Esses esforços nacionais de integração produzem ferramentas, otimizam os compromissos e exploram sinergias em áreas como viagens nacionais a longo prazo, mudanças climáticas ou energia. No entanto, nesta complexa, várias experiências foram implementadas por um setor específico, que para os demais setores, a fim de abordar questões específicas de forma integrada. São iniciativas originalmente centradas em saúde, silvicultura, gestão da água, agricultura, proteção social ou energia. Exemplos incluem setores agrícolas que fomentam a segurança alimentar e o



aumento da produtividade agrícola, combatendo esses objetivos com o uso sustentável dos recursos naturais. O Programa Especial para a Segurança Alimentar do México é um exemplo dessa estratégia e tem focado nas comunidades marginalizadas nos últimos 15 anos. O Programa Saúde Hospital (Hospital Seguro), exemplo do setor de saúde, fornece serviços sociais essenciais no caso de desastres. Preserva também o investimento público em saúde complementando-o com o gerenciamento ambientalmente correto de produtos químicos, resíduos e água. Outro exemplo notável pode ser encontrado no programa brasileiro

de conservação ambiental chamado Bolsa Verde, que combina programas de transferência condicional de renda destinados a aliviar a pobreza extrema com a redução do desmatamento na Região Amazônica. Todas essas iniciativas surgiram quando um setor, enquanto não cumpria o seu mandato, viu a vantagem de trazer parceiros de outros setores.

Esses esforços, liderados por um setor, estão construindo pontes entre nichos, envolvendo outras pessoas em desafios específicos e práticas que contribuem para o desenvolvimento e implementação de políticas mais abrangentes.

# 02

## RESPOSTAS GLOBAIS VS. LOCAIS

### O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É ESPECÍFICO AO CONTEXTO, MAS AS POLÍTICAS MAIS AMPLAS IMPORTAM

O envolvimento e a participação da sociedade civil e dos governos locais e sub-regionais são cruciais para enfrentar os desafios específicos do contexto de desenvolvimento. Organizações e instituições que lidam com as necessidades da comunidade de forma constante podem, portanto, criar mecanismos eficazes para o planejamento participativo e para aumentar a coerência dos objetivos setoriais na escala local.

Comunidades locais da região, por meio do seu envolvimento participativo em iniciativas, como o comércio social do Mercado Verde de Santa Cruz, em Trinidad e Tobago, ou a Ecoaldeia Akapachta, na Argentina, estão encontrando maneiras de contribuir para o desenvolvimento sustentável, alterando seus padrões de produção e consumo e abraçando a solidariedade econômica e a aprendizagem colaborativa.

As iniciativas locais são particularmente valiosas quando atingem o núcleo das respostas multidimensionais de riscos de desastres e ameaças de mudanças climáticas que, muitas vezes, exigem respostas muito específicas ao contexto

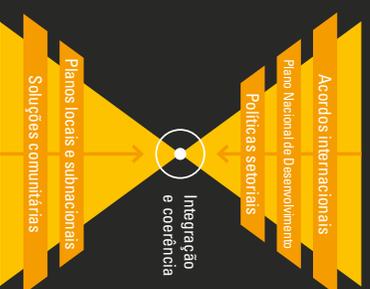
para serem bem-sucedidas. As comunidades da Reserva Nor Yauyos Cochas, no Peru, por exemplo, têm mostrado grande sucesso na combinação de estratégias socioeconômicas, culturais, ambientais e tecnológicas para reduzir a vulnerabilidade local e fortalecer a resiliência dos sistemas produtivos.

As iniciativas locais revelam que as soluções integradas, quando ampladas, podem, potencialmente, levar à mudanças tangíveis para a sustentabilidade em nível nacional ou regional. No entanto, em escala maior, a liderança política e os compromissos políticos devem ser assegurados, juntamente com uma visão de longo prazo.

Esses compromissos foram essenciais para a transição energética no Uruguai, que não só protege o fornecimento de energia da nação e reduz a sua captura de carbono, mas também diminui a carga fiscal do governo e contribui para a competitividade da economia nacional.

Para forjar um caminho para o desenvolvimento mais sustentável, todas as escalas de intervenção — desde o nível local,

nacional e até mesmo global — devem ser consideradas. É justamente no ponto de encontro das abordagens de pequena escala e de grande escala que essa verdadeira integração e coerência ocorrem.



# 03

## TRANSFORMANDO REALIDADES

### A SUSTENTABILIDADE EXIGE INOVAÇÃO E MUDANÇAS CULTURAIS

O desenvolvimento sustentável visa transformar a natureza e os padrões de utilização de recursos e dissonar o progresso econômico e social da degradação ambiental. A ciência e a tecnologia têm papel importante no apoio a ecologia, minimização de resíduos, substituição de materiais, processos alternativos de produção, controle de poluição e uso mais eficiente de recursos. No entanto, o progresso tecnológico não é suficiente. A transformação radical necessária para parar e reverter a degradação ambiental não pode ser considerada independente da sociedade.

As experiências reunidas nesta publicação que integram uma nova tecnologia, com sucesso, para o desenvolvimento sustentável não poderiam ter alcançado isso sem realizar uma mudança cultural significativa. No Paraguai, a introdução, em larga escala, de técnicas agrícolas que não prejudicam o clima, para apoiar a agricultura familiar, combater a pobreza e acabar com a degradação do solo, requereu dois pequenos agricultores conscientização contínua, apoio técnico e capacitação para cuidar de projetos de dessalinização por conta própria tem sido crucial para garantir o abastecimento de água para 100.000 pessoas na

região mais árida do país. Isso, junto com o envolvimento ativo dos governos subnacionais e municipais, assegura a sustentabilidade das estruturas de gestão dos sistemas de dessalinização.

No entanto, mudanças culturais requerem processos de médio e longo prazo e nem sempre exigem a adoção de soluções externas. Em Honduras, o resgate e a revitalização de práticas ancestrais foram fundamentais para reduzir a degradação do solo e fortalecer a resiliência econômica, social e ambiental. O fortalecimento das capacidades de organização das comunidades indígenas e sua gestão comunitária dos recursos naturais também pode gerar usos mais sustentáveis de recursos naturais para o benefício da população local a longo prazo. Tem sido esse o caso nos projetos da Associação Forestal Nacional Indígena, na Bolívia. Na América Latina e Caribe, as comunidades locais são caracterizadas por seus sistemas de conhecimento fortemente embutidos em tradições culturais. O conhecimento tradicional inclui técnicas de subsistência, gestão ambiental e adaptação à variabilidade climática — o que pode assegurar um amplo apoio da comunidade para uma transição para o desenvolvimento sustentável.

#### A INOVAÇÃO TAMBÉM DEVE NASCER A PARTIR DE FERRAMENTAS FÍSICAS E MECANISMOS FINANCEIROS

A tributação local é fundamental para assegurar a sustentabilidade dos fundos hidricos de Duro, enquanto, no Chile, a adoção de dois impostos verdes nacionais promove uma menor intensidade de carbono em sua economia. Os fundos fiduciários ecológicos garantem, também, a disponibilidade de um financiamento sustentável para a proteção e restauração de sistemas ecológicos em vários países da região, como no Panamá. Ao longo dos anos, a alocação regular e constante de recursos nacionais para iniciativas estratégicas produziu impactos significativos. É o caso do Programa Estratégico de Segurança Alimentar no México. O Congresso tem aprovado o orçamento federal para o programa desde 2007, tornando-o parte da política pública de desenvolvimento rural. O mesmo se aplica a outras iniciativas nacionais e de longo prazo como o Programa Agua Doce, no Brasil.

# 04

## TEÇA A REDE

### PARCERIAS COMO FERRAMENTA PARA A IMPLEMENTAÇÃO COERENTE E A AMPLIAÇÃO DE IMPACTOS

Para desenvolver respostas multidimensionais para os desafios de desenvolvimento, uma ampla gama de partes interessadas deve estar envolvida na análise, nas propostas e na implementação de políticas e iniciativas integradas. Levantar em conta as diversas perspectivas, bem como a experiência em diferentes campos, garante propostas mais adequadas e equilibradas para o desenvolvimento sustentável. Também promove a transparência e responsabilidade compartilhada, essenciais para criar o compromisso necessário, alcançar resultados e reforçar a implementação. O estabelecimento de uma cultura comum de trabalho em conjunto também tem o potencial de aumentar as capacidades de resolução pacífica de conflitos, especialmente no que diz respeito a questões relacionadas com o acesso e a distribuição equitativa de recursos.

A maioria das experiências selecionadas aqui inclui organismos de coordenação intersectorial compostos de diversas partes interessadas como uma etapa normal da sua abordagem integrativa. A Formulação de Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada para o setor cafeeiro na Costa Rica, por exemplo, exigiu a participação de instituições nacionais do setor privado, agricultores, organizações de cooperação técnica intersectorial e

sociedade civil. Para efetivamente reduzir os níveis de poluição do ar em Santiago do Chile, regulamentos foram criados para os setores da indústria e do transporte, mas foi o esforço do setor privado, do governo local, das autoridades nacionais e dos cidadãos individuais que garantiu a mudança.

Além disso, redes associativas são ferramentas úteis na região para ampliar os impactos. As cooperativas de reciclagem garantem a coleta, reciclagem e redução de resíduos sólidos urbanos, promovendo, simultaneamente, a inclusão de setores sociais tradicionalmente marginalizados e estigmatizados. Além disso, a associação solidária de pequenas empresas, fundações e cooperativas foi essencial para o desenvolvimento do turismo rural na Costa Rica. Esse modelo econômico alternativo tornou-se uma importante alternativa de geração de renda para as mulheres indígenas e um meio eficaz para a preservação do meio ambiente. Associações municipais também desempenham papel importante como instrumentos de governança. Em El Salvador, garantem planejamento participativo e gestão sustentável comunitária de terras, resíduos e riscos. Essas associações têm papel importante no desenvolvimento local porque criam sinergias entre as dife-

rentes partes interessadas, levam em conta as prioridades e preocupações locais para garantir a sustentabilidade e promovem o uso da terra e o desenvolvimento de prioridades coerentes.

Não há uma abordagem para a integração que sirva para todos os casos. Os objetivos e os impactos de desenvolvimento são específicos para cada ambiente político. No entanto, a necessidade de avaliações específicas do contexto nacional e local destaca ainda o importante papel de participação das partes interessadas, já que elas podem oferecer conhecimentos específicos e diversificados sobre as necessidades das pessoas e os efeitos prováveis das estratégias e políticas de desenvolvimento.

# 75%

das iniciativas envolvem quatro ou cinco dos seis grupos de atores relevantes analisados. As associações mais comuns envolvem instituições governamentais, sociedade civil ou organizações do setor privado.

# 05

## O PAPEL DO SETOR PRIVADO

### PARA PRESSIONAR POR UM ENFOQUE INTEGRADO DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO

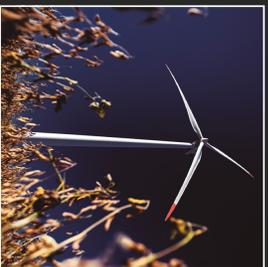
O setor privado merece menção especial devido aos muitos e diferentes papéis que pode desempenhar nas parcerias que promovem abordagens integradas. Por exemplo, a Federação Nacional de Pecuáristas da Colômbia, em aliança com um centro científico (Cipav), está conduzindo um processo para ajustar as práticas de seus afilhados, atingindo quase 2.500 deles, a fim de contribuir para mitigação das mudanças climáticas, aumento da produtividade e sustentabilidade ambiental de um setor economicamente crítico.

No caso do setor financeiro, o acesso aos serviços bancários para as populações marginalizadas tem sido a base para o estabelecimento de uma parceria público-privada na Colômbia (o BancO2) que recompensa, diretamente, as comunidades que protegem as florestas por meio das contribuições de 77 empreendimentos. A disponibilidade de novos produtos e serviços de financiamento provenientes de instituições de microfinanciamento também contribui para formas alternativas de subsistência para as comunidades andinas

marginalizadas. A iniciativa piloto “Micro-finança para a Adaptação à Base de Ecossistemas” tem fornecido assistência técnica para promover 5.000 empréstimos para soluções de adaptação às mudanças climáticas no Peru e na Colômbia.

Essas parcerias e contribuições do setor privado têm sido os pilares para os fundos híbridos da região. No Equador, uma ampla parceria público-privada trabalha para garantir o abastecimento de água em áreas críticas, como a cidade de Quito, no Equador, e beneficiam as comunidades locais que protegem as nascentes. A participação do setor privado foi fundamental na implementação desse mecanismo híbrido básico.

A medida que a transição para formas de desenvolvimento mais sustentáveis ocorre, o alinhamento das ações, recursos e esforços de todas as partes interessadas para esse novo paradigma torna-se fundamental. A assistência internacional para o desenvolvimento e recursos internos são vitais, mas as empresas privadas e os cidadãos devem adotar, ativamente, pa-



© Ministerio de Industria, Energía y Minería, Uruguay.

drões de consumo e de produção mais sustentáveis para garantir o bem-estar, sem que isso signifique resultar em escassez e degradação ambiental. O papel do setor privado não é apenas fundamental como principal impulsor do investimento, mas também como parte de esforços público-privados e multissetoriais.

# 06

## O MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO

### DECISÕES EQUILIBRADAS E DE LONGO PRAZO REQUEREM DADOS

A necessidade de informações relevantes é fundamental para a tomada de decisões bem embasadas com implicações em longo prazo. Várias das experiências apresentadas nesta publicação mostram abordagens interessantes para a melhor utilização de dados no processo de tomada de decisões políticas. Exemplos incluem a República Dominicana, que introduziu o Índice de Vulnerabilidade aos Riscos Climáticos como critério para focar sua política social, reconhecendo o ciclo vicioso entre desastres naturais e vulnerabilidade relacionada com pobreza. Também exemplificando o uso inovador de dados, a metodologia para o cálculo de Taxas Ecológicas de Fluxos de Rios serve como base para identificar, priorizar e mapear uma rede de reservas de água no México — reservas que visam garantir a sustentabilidade do abastecimento de água no país. No Caribe Oriental, CaribNode, um sistema de informação *open/low* permite acesso fácil aos dados sobre decisões na gestão de recursos marinhos locais e bem-estar das comunidades costeiras. Finalmente, o Índice de Segurança Hospitalar está sendo usado em

vários países da região para priorizar e avaliar o impacto das intervenções no setor da saúde que mitigam os riscos de desastres nessas infraestruturas críticas.

É preciso salientar que a disponibilidade de informações locais para monitorar e avaliar o impacto das políticas é tão importante quanto o uso desses dados para assegurar que os objetivos promovidos estão sendo cumpridos. O fortalecimento do sistema de monitoramento da qualidade do ar foi crucial em Santiago do Chile para identificar as principais fontes de poluição e assegurar que as políticas estavam no caminho certo. Desde 2010, o Sistema de Informação de Desenvolvimento Econômico Local permite o monitoramento dos principais indicadores-chave (sobre a economia local e a gestão dos recursos, de riscos e do meio ambiente) para os municípios da região Nariño. O Programa Bolsa Verde, no Brasil, também dependeu de dados locais para monitorar a cobertura florestal por meio de um sistema de informação geográfica que garante que as famílias preservem a floresta e, assim, tenham direito às compensações previstas pelo programa.

A informação é o principal motor da necessidade de reforçar o diálogo entre a ciência e as políticas. Disponibilizar informação útil para os tomadores de decisões, de forma oportuna, permitem-lhes não só formular e acompanhar políticas, mas também fortalecer os sistemas de prestação de contas públicos. Além disso, a necessidade de criar novos tipos de métricas para monitorar a implementação de políticas integradas e claras. Essas métricas devem permitir o monitoramento do balanço dos progressos realizados em todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável e permitir ajustes, quando necessários. Portanto, devem ser relacionados com os processos, ferramentas e as principais metas de implementação.

**25%** das iniciativas desenvolveu e implementou uma nova ferramenta de avaliação.

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRÁTICA

## AS EXPERIÊNCIAS



# O CALÇADÃO DE BARBADOS

## UM BENEFÍCIO PARA A CONSERVAÇÃO, RECREAÇÃO E TURISMO

**Criando soluções de adaptação à mudança do clima que geram atrativos para os moradores e turistas ao mesmo tempo que protegem as tartarugas marinhas.**

### Local Barbados



As orlas e os sistemas costeiros dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (PEID) sofrem com o efeito severo do aumento do nível do mar e com práticas insustentáveis de gerenciamento costeiro. A ilha de Barbados não está imune à estes desafios, que prejudicam os promontórios, as regiões próximas ao litoral, os *habitat*s costeiros e marinhos e os meios de subsistência dos pescadores. Além disso, as praias - partes importantes do produto turístico nacional de Barbados - também estão sendo afetadas, pon-do em risco a segunda maior fonte de receitas e divisas do País.

Em 2007, o Governo de Barbados obteve um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar o Programa de Infraestruturas Costeiras com o objetivo de “estabelecer uma abordagem de baixo custo para a gestão do risco costeiro e adaptação à mudança do clima”. Esta iniciativa, empreendida por meio da Unidade de Gestão da Zona Costeira (UGZC) nacional, incluiu um componente específico para um trecho de 1,2 km no litoral do sul da ilha. Na fase de concepção, a UGZC adotou uma aborda-

gem única e inovadora para um problema de engenharia, incluindo grandes ações de paisagismo na orla.

### INOVAÇÃO DE ENGENHARIA

A característica proeminente do projeto é um longo calçadão de 1,2 km. No entanto, as obras incluíram a construção de estruturas de engenharia costeira, revestimentos, promontórios e infraestruturas ao longo do litoral com o intuito de interromper a erosão e estabilizar uma área costeira danificada e erodida. No entanto, o Calçadão de Haynes Ritchie se diferencia pela introdução de um componente recreativo em uma solução que, de outra forma, seria meramente uma obra de engenharia. Em última análise, a concepção do projeto criou uma região bonita, aprimorou a paisagem litorânea e garantiu o acesso seguro à praia para todos os cidadãos.

O projeto também atinge outro objetivo, visto que foi aceito à restauração de *habitats* costeiros para proteger a biodiversidade marinha, a flora e a fauna. Por exemplo, as praias ao longo da costa são usadas pelas tartarugas para nidificação; porém, alguns tipos de luz artificial podem acabar confundindo os filhotes de tartaruga que tentam chegar ao oceano. Os autores do projeto levaram isso em consideração - essa área litorânea passou a ser um local aprimorado para a reprodução de tartarugas.

### BENEFÍCIOS

Este projeto proporciona vários benefícios econômicos. Houve um aumento do valor das residências dos moradores em áreas litorâneas afetadas. Os hotéis e outras instalações turísticas agora podem oferecer um produto aprimorado aos residentes locais e turistas.

### RESULTADOS DO CALÇADÃO

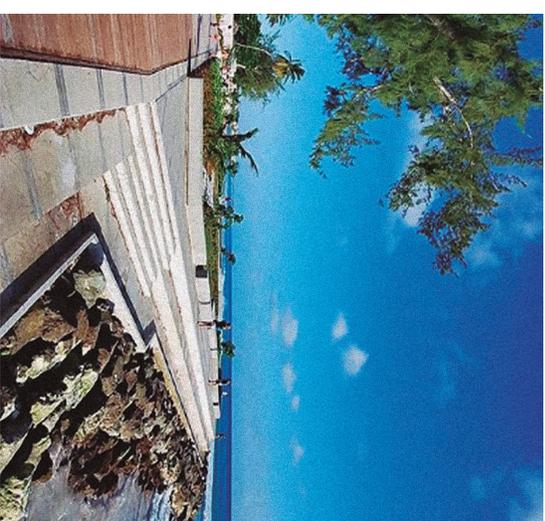
Um aumento de

**26.000** m<sup>2</sup>,

no volume de praia, ampliando a largura média da praia em

**20** m.

Houve um aumento expressivo da receita mensal dos empréendimentos corporativos localizados nas áreas beneficiadas pelos projetos.



© Coastal Zone Management Unidade, Governo de Barbados.

O projeto já conta com o apoio e a aprovação dos residentes locais - centenas de pessoas usam o calçadão todos os dias. Seu grande apelo, utilidade e benefícios para o governo, as empresas e a sociedade - além da estabilização bem-sucedida da área costeira - fizeram com que o projeto fosse amplamente utilizado e geraram uma forte sensação de aceitação e apropriação local. O modelo do calçadão como parte de um projeto mais amplo de engenharia voltado para a estabilização do litoral já foi replicado no litoral oeste da ilha.

O calçadão de Barbados oferece o bônus da sustentabilidade, a oportunidade de aumentar o bem-estar e a saúde, infraestruturas resilientes e a proteção dos ecossistemas e dos *habitats* marinhos - proporcionando, simultaneamente, a recuperação dos danos causados pela mudança do clima nos ecossistemas litorâneos do sul da ilha e a proteção dos recursos que geram divisas econômicas para o País.

- 4** *Escala Subnacional.*
- 11** *Antes envolvidas Governos, organizações internacionais.*
- 13** *Países Alto Cultural, tecnologia.*



# MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

## ASSOCIAÇÕES DE INCLUSÃO ECONÔMICA E SOCIAL COM BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

As capacidades organizacionais indígenas garantem o *know-how* técnico e as habilidades de negócios e de negociação necessárias para as empresas privadas tirarem proveito dos recursos florestais.

prática, costumam ser exploradas por terceiros. A gestão de recursos locais requer uma organização capaz de oferecer assessoria e formação para representar a população local nos níveis regional e nacional e para apoiá-la no exercício dos seus direitos.

### ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

O Projeto Florestal Comunitário na Província de Velasco começou em 1998, a partir de um acordo de cooperação entre as três comunidades indígenas, o Centro de Pesquisa em Agricultura Tropical (CIAT) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ). A institucionalização dessa iniciativa

A província de Velasco, na região leste da Bolívia, tem 80% de seu território coberto pela Floresta Seca de Chiquitano. A madeira nativa dessa floresta é extremamente valiosa. No entanto, a população local tem dificuldade em tirar proveito desses recursos locais devido à baixa produtividade dessas zonas (custos elevados de produção decorrentes da falta de máquinas e equipamentos). A venda é mais baixa porque a madeira vendida não é processada. Além disso, é difícil obter empréstimos e os termos comerciais são ditados pelas empresas compradoras.



**Local**  
Bolívia

Nos últimos anos, as mudanças na legislação boliviana garantiram o reconhecimento dos direitos de propriedade da terra, bem como o acesso exclusivo dos povos indígenas aos recursos florestais.

Porém, a gestão de recursos florestais exige capacidade técnico e habilidade de negócios e negociações com as empresas privadas, bem como acesso à informação sobre o funcionamento da burocracia do Estado. Um aspecto muito importante é o fato de que os povos indígenas precisam "marcar presença" nas terras extensas que lhes pertencem e que, na

prática, costumam ser exploradas por terceiros. A gestão de recursos locais requer uma organização capaz de oferecer assessoria e formação para representar a população local nos níveis regional e nacional e para apoiá-la no exercício dos seus direitos.



do CONIFO e de mais dez Associações Florestais Indígenas Regionais (AFRI), reunindo mais de 200 organizações florestais comunitárias. A AFIR apóia o fortalecimento técnico, organizacional e financeiro de seus membros. Essa Associação consolidou-se nacionalmente por meio de reuniões periódicas, com representantes de todo o país e com a colaboração do Plano Estratégico Nacional. Além disso, participa da formulação e implementação de políticas públicas de facilitação e garante que as comunidades locais possam exercer seus direitos.

### SETE MILHÕES EM PLENO CRESCIMENTO

Essas associações vêm obtendo sucesso. Em 2012, o CONIFO incorporou 18 comunidades como associadas, representando 1.200 famílias dos municípios de San Ignacio, San Miguel e San Rafael. Hoje, os cálculos indicam que mais de 6.000 famílias em todo o país se beneficiam do trabalho das várias associações regionais. Seguindo planos de gestão detalhados, as comunidades indígenas administram, aproximadamente, 2 milhões de hectares (na 10 anos, eram apenas 250.000 hectares). Desse total, 90.000 hectares são utilizados para a comercialização de madeira, gerando mais de USD 7 milhões em renda. Embora nem sempre seja fácil, a AFN e o CONIFO (bem como as outras AFRI) desempenham um papel importante na comercialização e supervisão de todo o processo, proporcionando condições mais favoráveis para os vendedores. Com esse intuito, buscam também formalizar uma aliança estratégica com a Câmara Florestal, que representa essas empresas.



© Associação Florestal Indígena Nacional - AFN

Esses esforços têm um impacto expressivo na geração de empregos e nos estímulos à economia local. A renda é distribuída equitativamente entre as famílias e festividades locais ou para adquirir bens (como bicicletas ou ferramentas). Em termos ambientais, as atividades de vigilância e fiscalização postas em prática por essas associações evitam o desmatamento e previnem a perda de florestas nativas.

Ainda mais importante é o apoio prestado aos povos indígenas para que possam usufruir de seus direitos nos termos da Constituição e de tratados internacionais. Diversas ferramentas de gestão foram adotadas como parte desse fortalecimento organizacional, incluindo estatutos, planos de negócios e manuais de gestão para o desenvolvimento de capacidades técnicas e administrativas. O trabalho das organizações regionais - como o CONIFO e a AFN - demonstrou a importância de integrar o trabalho florestal das associações aos diversos esforços enviados por entidades públicas e privadas e agências de cooperação internacional, promovendo a transição para um desenvolvimento sustentável e mais inclusivo em nível local.



# BOLSA VERDE

## COMBINANDO TRANSFERÊNCIAS DE RENDA CONDICIONADAS À PROTEÇÃO DA FLORESTA

O “Plano Brasil sem Miséria” inclui o Programa Bolsa Verde que incentiva a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas por famílias que vivem abaixo da linha da pobreza.



**Local**  
Brasil

- ES** Escola Nacional
- AM** Áreas ambientais: Comunidade, sociedade civil, governo, academia, Fatores ativos
- EA** Ferramentas de avaliação: metodológica

participantes durante um período de dois anos (projetável por mais dois anos). Os principais beneficiários são famílias extremamente pobres residentes nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nos assentamentos da reforma agrária e nos territórios ocupados por povos e comunidades quilombolas e tradicionais.

Nos últimos cinco anos, o programa inclui:

- seleção das zonas de trabalho, avaliação ambiental e validação e publicação dos resultados pelo comitê gestor;
- inclusão de informações sobre possíveis beneficiários no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
- elaboração dos termos de compromisso - com a indicação do nome da pessoa responsável na família e a área onde vive - que são enviados aos órgãos locais de gestão do programa (CMA, Rio, Inca, SPU) e aos órgãos que vão a campo para orientar os usuários e coletar informações;
- envio dos dados para a Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável pela gestão operacional do CadÚnico, para inclusão na lista de beneficiários e transferências trimestrais por meio do cartão de débito do Bolsa Família; e
- monitoramento anual das imagens de satélite para verificar se a cobertura vegetal está diminuindo, o que motivaria a suspensão dos benefícios.

**TRANSFERÊNCIAS TRIMESTRAIS**

Desde 2011, o programa Bolsa Verde trabalha com transferências trimestrais de R\$ 300 para as famílias

Após cinco anos, o programa demonstra que é realmente possível transformar o panorama rural por meio de atividades simultâneas. Com base em informações e dados sobre as famílias, pode ser feita uma análise qualitativa mais detalhada da educação



e da saúde básica, bem como a infraestrutura de produção. Essa análise está sendo usada para desenvolver outras políticas de governo que também visam promover o bem-estar econômico e social.

### GARANTINDO BONS RESULTADOS

A implementação de um programa tão vasto tem sido um grande desafio em termos de acordos institucionais nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) bem como devido às distâncias geográficas e às dificuldades de locomoção no campo. Para superar essa situação, um comitê gestor - com participação regular de outros diferentes órgãos do governo federal - desempenha papel importante nas decisões de implementação. Outro componente foi a coordenação e implementação de atividades conjuntas entre diversos órgãos federais, estaduais e municipais para apoiar as famílias (por exemplo, por meio de treinamentos). Além disso, foi tomada a decisão de “treinar” os gestores locais - que desempenham papel fundamental nas ações do programa com agentes que entram em contato direto com as famílias atendidas. Eles conhecem as pessoas e a situação dos locais onde vivem, agindo como um elo entre a gestão central do programa e seu público-alvo.

Em vários casos, houve dificuldades para avaliar e interpretar os resultados, principalmente porque as conquistas podem decorrer de diversas relações causais. Foi desenvolvida uma metodologia específica para monitorar o avanço do programa por amostragem, usando indicadores sociais, econômicos e ambientais e análises diferenciadas, levando em consideração o contexto local. Foi assi-

O Programa está presente em **25** estados e no Distrito Federal

Ele abrange **69** Unidades de Conservação

**849** assentamentos e núcleos beneficiários em

**67** municípios - uma cobertura total de

**28.649.771,02** hectares.

Em fevereiro de 2016, esta ação governamental já contemplava

**76.795** famílias.

Quase um terço dessas famílias vive em

**373** assentamentos na região amazônica.

Em junho de 2016,

**14.496** famílias já dispunham de renda suficiente para sair do programa.

nado um acordo entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Conservation International. Ao mesmo tempo, também foi assinado um acordo de cooperação com a Universidade Federal de Lavras para o monitoramento de cobertura vegetal nas zonas cobertas pelo programa.

### REPLICABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

Esses vários esforços demonstraram, após cinco anos, que os objetivos propostos podem ser alcançados com mais facilidade se os diferentes aspectos que necessitam serem modificados forem atendidos simultaneamente. A compensação econômica não é permanente, mas também não se espera que fosse. O que se espera é a sustentabilidade das ações de conservação realizadas pela população. Para tal, o programa focou a formação ambiental, social, educacional, técnica e profissionalizante dos beneficiários, bem como o apoio à organização de produtores para comercializar seus produtos. É isso que garante a queda constante da taxa de desmatamento e a continuidade dos benefícios em todo o País.



© Ubirajara Machado



# CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

## PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA MUDAR O PARADIGMA

O Brasil vem trabalhando para internalizar a lógica do consumo e produção sustentáveis em políticas, planos, programas e estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo a erradicação da pobreza e consecução dos objetivos acordados internacionalmente.



**9** *Local Brasil*

Inspirado pelo Processo de Marrakech, no contexto do Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburg, em 2002, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil lançou, em 2011, o Plano de Consumo e Produção Sustentáveis (PPCS). Esse Plano foi o primeiro a ser adotado no nível regional. O SCPP impulsiona o processo de transformação dos padrões de consumo e produção com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. Paralelamente, promove ações e políticas específicas - imediatas e de médio e longo prazo - envolvendo autoridades, comerciantes, empresários, consumidores, trabalhadores, pesquisadores, cientistas, meios de comunicação, organizações da sociedade civil e organizações de cooperação para o desenvolvimento. Em suma, abrange toda a sociedade.

### UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA

O consumo e a produção sustentáveis configuram uma abordagem holística para a gestão eficiente e sustentável dos recursos em todas as fases da cadeia de valor (tanto mercadorias quanto serviços). Essa abordagem incentiva o desenvolvimento de processos que usam menor quantidade de matérias-primas e substâncias menos perigosas, que produzam menos resíduos e beneficiam o meio ambiente. Esses processos melhoram a qualidade de vida e a competitividade das empresas, reduzindo os custos e os impactos da produção. Essa abordagem transforma os desafios ambientais e sociais em oportunidades de negócio e mais empregos.

Um dos principais objetivos do desenvolvimento econômico da degradação ambiental. Para isso, é imprescindível induzir mudanças no comportamento do consumidor, assim como nos padrões de produção. Por conseguinte, o foco é a articulação e promoção de sinergias entre as ações do governo (em diferentes níveis), das empresas e da sociedade civil.

O plano foi estruturado em ciclos de quatro anos; as prioridades são redefinidas de acordo com o progresso feito em cada ciclo e com os contextos e as prioridades nacionais e internacionais. De um total de dezesseis questões prioritárias, seis foram selecionadas para o trabalho do primeiro ciclo (2011-2014):

- Educação e sensibilização em consumo sustentável para produzir uma nova geração de cidadãos que incorporem a sustentabilidade em suas decisões pessoais e profissionais.
- Aquisições públicas sustentáveis, visto que o setor público é o principal consumidor na economia nacional.
- Implantação de uma iniciativa nacional, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que é um programa de gestão socioambiental que será usado como exemplo para outros setores da sociedade.



© Ministério do Meio Ambiente, Brasil

- Aumento da reciclagem, promovendo a redução de resíduos sólidos e do uso de recursos naturais e energia.
- Varejo - um setor com grande potencial, devido a seu contato direto com consumidores.
- Construção - um setor que afeta milhões de pessoas, trabalhadores e usuários, que faz uso de quantidades enormes de materiais, equipamentos e serviços e que é responsável pela maior porcentagem dos resíduos sólidos.

• Aumento da reciclagem, promovendo a redução de resíduos sólidos e a transparência. cidade civil, promovendo o diálogo, o intercâmbio de experiências e a transparência.

### NO LONGO PRAZO

O Plano também considerou a necessidade de gerar as condições institucionais para a sustentabilidade do plano das políticas públicas. Como se trata de um processo relativamente novo, a prioridade do Plano de Ação é conscientizar, por meio de cursos de formação, seminários, oficinas e material técnico, enfatizando a necessidade de serem estabelecidos padrões de consumo e produção sustentáveis. O plano conta com a parceria de instituições públicas e privadas comprometidas, que promovem a sustentabilidade nos setores.

Um dos principais propósitos da segunda fase de implementação do Plano de Ação é fortalecer as contribuições a outras políticas públicas nacionais e ao desenvolvimento de objetivos. Levando esta ideia em consideração, outras áreas temáticas foram incluídas no escopo, a indústria, a agricultura e as finanças sustentáveis. Para o futuro, está planejada a constituição de uma Política Nacional de Consumo e Produção Sustentáveis que estabeleça as condições, incluindo os recursos necessários, para promover mudanças no comportamento das pessoas e nos processos de produção. Fica claro que, como objetivo de médio prazo, isso levará a sustentabilidade para o centro do processo de desenvolvimento do País.

- Escala Nacional.**
- Ações em andamento.** Governos, setor privado, sociedade civil.
- Fator de difusão/ataque inicial.**

**8** TRABAHO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
8.4

**9** INDUSTRIA, INOVACAO E INFRAESTRUTURA  
9.4

**12** CONSUMO E RESPONSABILIDADES  
12.1 12.2 12.4 12.6 12.1 12.2 12.8

**13** ACOO CONTRA A MUDANCA GLOBAL DO CLIMA  
13.2 13.3

**17** PARCERIAS E REDES DE IMPLEMENTACAO  
17.1 17

# VIVENDO A ECONOMIA AZUL

## UMA REDE REGIONAL DE ÁREAS MARINHAS MANEJADAS E RESISTENTES AO CLIMA

O apoio a organizações de pescadores que promovem a sustentabilidade em seus modos de vida e no uso do oceano pode ajudar a proteger o meio ambiente e gerar oportunidades de emprego.



**Local**  
Caribe

A Rede de Áreas Marinhas Manejadas e Resistentes ao Clima do Caribe Ocidental (ECNMAM),

na sigla em inglês) é um programa regional no âmbito da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECD) que visa melhorar a capacidade de gestão das áreas marinhas manejadas (novas e já existentes) em seis países: Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas.

### O MODELO

As áreas marinhas manejadas (AMG) ajudam a minimizar os impactos negativos sobre o ambiente marinho das ações humanas, como poluição, métodos de pesca insustentáveis e desenvolvimento costeiro excessivo. Por exemplo, em São Cristóvão e Nevis, os três *habitrats* marinhas principais - recifes de coral, manguezais e leitos de ervas marinhas - suportam a pesca produtiva, o turismo e a estabilização das zonas costeiras. Por essa razão, foram propostas três áreas para pro-

teger 93% dos recifes de corais, 4% dos manguezais e 100% dos leitos de ervas marinhas.

O projeto é voltado para a sociedade como um todo e, mais especificamente, para a comunidade pesqueira, que se beneficiará do aumento potencial da receita derivada da criação e proteção dos estoques de peixes nas áreas marinhas do aumento potencial da receita. O setor hoteleiro e o turismo da ilha se beneficiam da gestão e proteção das áreas marinhas. Há um fortalecimento da adaptação aos impactos das mudanças climáticas, e a melhoria da qualidade das áreas marinhas tem um impacto positivo sobre o turismo nacional.

### A ESTRATÉGIA MULTISSETORIAL

Seis entidades regionais uniram-se aos representantes dos governos dos seis países beneficiários e formaram um Comitê Consultivo e de Coordenação, incluindo a Secretaria da OECD, a rede de Gestores das Áreas Marinhas Protegidas do Caribe, The Nature Conservancy e a CARIBSAVE, além da Rede Caribenha de Organizações de Pescadores, entre outros.

### AS FERRAMENTAS

A fim de criar mecanismos sustentáveis de financiamento para apoiar a gestão dos ecossistemas marinhas como parte da Caribbean Challenge Initiative, foram estabelecidos dois mecanismos financeiros. O Fundo de Apoio à Subsistência financeira intervencionar que trazem oportunidades de subsistência inovadoras e sustentáveis para as



comunidades costeiras. Além disso, o Programa de Pequenas Doações visa melhorar a capacidade de criação de novas AMGs e aprimorar a gestão das já existentes. Esse fundo apoia atividades de promoção da participação de grupos comunitários locais (pescadores, operadores turísticos, mulheres e jovens, entre outros) e tomadores de decisão, reduzindo os conflitos entre os usuários. Como resultado desse programa, por exemplo, uma AMG foi definida recentemente em São Cristóvão e Nevis - pelo rio de duas milhas de águas costeiras - que será administrada pelo Departamento de Recursos Marinhas.

No esforço de promover o diálogo entre a ciência e as políticas, um componente importante se dedica a melhorar o acesso à informação. A nova Ferramenta de Avaliação de Recifes de Coral oferece indicadores padronizados para monitorar o ambiente marinho, avaliar a gestão e acompanhar o bem-estar das comunidades costeiras. Foram elaborados boletins individuais com as pontuações dos recifes de corais nos seis países. Eles incluem o Índice de Saúde dos Recifes (ISR), que integra quatro indicadores para medir a saúde dos recifes de corais (extensão da cobertura de corais, algas carnudas, peixes herbívoros e peixes comerciais). Em São Cristóvão e Nevis, o ISR foi de 2,3 (de um total de 5). As pontuações e os dados estão disponíveis em: [www.caribbean.org/](http://www.caribbean.org/) Ferramenta on-line de mapeamento que os usuários podem usar para pesquisar dados e criar mapas de seu interesse. Os pequenos estados insulares em desenvolvimento são ricos em ecossistemas marinhas. Esses áreas são importantes para a economia e uma fon-



Fonte: The Nature Conservancy, 2016.

te de reposição dos estoques de peixes, os meios de vida e a melhoria da atividade turística. A vida e a renda das populações insulares giram em torno de seus ambientes marinhas. A implementação desse projeto une a sociedade, a economia e o meio ambiente - os pilares do desenvolvimento sustentável da região - e constitui um passo importante na construção de uma economia azul na ilha.



# AR SAUDÁVEL PARA SANTIAGO DO CHILE

## TRIBUTAÇÃO VERDE E INOVADORA EM PROL DE UMA QUALIDADE DE VIDA MELHOR

**A poluição do ar tem sido um dos principais desafios ambientais e de saúde no Chile. Cientistas, empresas, governo e o público em geral uniram esforços para superá-la.**



**Local**  
Chile

**Escala**  
Local

**Alcance envolvido**  
Governo, academia,  
setor Privado.

**Fatores críticos**  
Ferramentas de avaliação,  
parceria, tecnologia.

### ESTRATÉGIA PARTINDO DO NÍVEL MUNICIPAL PARA O NÍVEL NACIONAL

O controle municipal de poluição urbana foi ampliado nacionalmente. A primeira estratégia nacional (2010-2014) buscou normatizar o MP2,5, fortalecer as redes de monitoramento da qualidade do ar, aprimorar os padrões de combustível veicular e melhorar os padrões de emissão de grandes fontes industriais, como usinas termelétricas e refinarias de cobre. Atualmente, o Chile dispõe de padrões básicos de qualidade ambiental usados para regular a concentração de seis dos principais poluentes do ar: *há*, também, dez planos regionais de descontaminação distribuídos por todo o País. Além disso, o objetivo da atual Estratégia de Descontaminação Atmosférica do Chile (2014-2018) é ter, ao todo, vinte planos instituídos para cobrir 57% da população - correspondente a 87% das pessoas expostas à poluição do ar.

### TRIBUTAÇÃO DE EMISSÕES

O efeito dessa ação foi ampliado com uma "Reforma Tributária Verde", em 2014, incluindo: (1) imposto sobre fontes móveis, que prevê uma taxa única sobre veículos motorizados novos, incidente sobre as emissões; e (2) imposto sobre fontes fixas - consistindo do primeiro imposto sobre carbono da América do Sul - que, em 2017, incluirá o setor de geração termelétrica e instituirá uma taxa de USD 5 por tonelada de emissões de CO2. Um aspecto fundamental que permeou todo o processo foi a consentitização generalizada dos ci-



**"Santiago é um exemplo para a América Latina. Ela é a primeira cidade a medir as partículas finas de menos de 2,5 microns; é espetacular ver que a concentração dessas partículas foi, de fato, reduzida..."**

**Mario Molina,**  
*Prêmio Nobel de Química*

### AS PRINCIPAIS CONQUISTAS DESTA EXPERIÊNCIA SÃO:

Entre 1990 e 2015, os níveis de partículas finas (MP2,5) diminuíram em mais de

**65%**

durante um período de crescimento econômico sustentado (o produto interno bruto do Chile, aumentou 108% desde 1990).

O número de episódios críticos de poluição caiu de

**100**

**27**

, em 2015.

Nas áreas adjacentes a atividades de mineração, as emissões de dióxido de enxofre diminuíram

**70%**

até 2003.

dados e tomadas de decisão sobre o problema da poluição do ar, bem como sua decisão firme de intervir. Na área técnica, um elemento fundamental foi a introdução de um sistema permanente e confiável de monitoramento da qualidade do ar, capaz de gerar informações em tempo real. Além dessa rede, o Chile dispõe de metodologias desenvolvidas pelo Gentio Mario Molina para medir e analisar a poluição, bem como de técnicas avançadas para caracterizar aerossóis atmosféricos.

O pacote completo para a implementação do processo de controle de qualidade do ar também inclui uma legislação nacional com normas primárias de qualidade ambiental - particularmente associadas a transportes e combustíveis - e / ou planos de descontaminação atmosférica para setores produtivos, como transporte, indústria, comércio, construção e agricultura.

Desde 2012, o Chile faz parte da Coalizão Clima e Ar Limpo, uma aliança global voluntária e composta por governos, organizações intergovernamentais e empresas para reduzir os poluentes climáticos de curta duração, incluindo metano, carbono preto e HFCs. Na região, além do Chile, também fazem parte dessa coalizão a Colômbia, o México, o Paraguai, a República Dominicana e o Uruguai.



# BANCO2

## USANDO O SETOR BANCÁRIO PARA PROTEGER AS FLORESTAS

O compromisso dos setores público e financeiro possibilitou a compensação da pegada ambiental das empresas por meio de pagamentos diretamente às famílias rurais.



**Local**  
Colômbia

- Escala**  
Subnacional.
- Atores envolvidos**  
Setor privado, governo, comunidade.
- Fatores críticos**  
Ferramenta de avaliação, parceria público-privada, tecnologia.

(Cortado) - uma autoridade ambiental subnacional - em aliança com a Corporação de Manejo Florestal Sustentável (Mas Bosques) e o banco privado Bancolombia. As projeções indicam que essa iniciativa chegará até 20.000 famílias no médio prazo.

### TECNOLOGIA INOVADORA

A maior demanda por bens e serviços ecossistêmicos vem das cidades e dos setores produtivos que, muitas vezes, os utilizam sem levar em conta o valor econômico de seus benefícios. É por isso que as populações camponesas que os protegem não costumam ser compensadas por seu trabalho. A iniciativa Banco2 enfrentou dois desafios: primeiro, transformar a proteção dos recursos naturais em uma atividade produtiva e reconhecida pela sociedade; e, segundo, gerar renda para superar a pobreza rural e evitar que as necessidades de subsistência das famílias rurais se tornem novas fontes de degradação ambiental.

A inovação principal do Banco2 inclui um plano para compensar a pegada ambiental de empresas e indivíduos por meio de apoio a ações de conservação florestal. Os pagamentos são feitos sem intermediários, por meio de uma plataforma que liga os contribuintes diretamente às famílias rurais. Isso exigiu uma estratégia de acesso ao sistema financeiro, incluindo bancos rurais, isenção da taxa mínima de manutenção e serviços oferecidos por correspondentes bancários.

O Banco2 foi inaugurado na Colômbia, em 2013, sob a liderança da Corporação Autónoma Regional das Bacias Hidrográficas dos Fios Negro e Nare

“Estes recursos melhoraram a minha qualidade de vida e incentivam meus filhos a ficarem em casa, na fazenda, cuidando da floresta e isolando áreas para manter o gado fora das fronteiras da microbacia.”

Moises Martinez,  
Beneficiário do projeto.

### ATUALMENTE,

**72** empresas contribuem com recursos voluntariamente - um total de

**USD1,8 MILHÃO**

para a conservação de

**1.800** hectares de floresta e geração de renda adicional para

**1.005** famílias camponesas e indígenas pobres.



© Andrés Hernández

Para que tudo isso funcione corretamente, também foi necessária a participação de órgãos públicos. Nesse caso, as autoridades ambientais locais - chamadas Corporações Rurais Autônomas (CARs) - monitoram e contribuem com know-how técnico para garantir o cumprimento dos objetivos ambientais. As CARs são responsáveis pela seleção da área, identificação das famílias e promoção do plano local, além de verificar as ações de conservação dos ecossistemas e promover projetos suplementares de produção sustentável.

### ECONOMIA VERDE INCLUSIVA

As ferramentas atuais e os procedimentos documentados - como os regulamentos do fundo do



# PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

## ALIANÇAS PODEROSAS QUE GARANTEM LUCROS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

**A pecuária está associada à degradação do solo, perda de biodiversidade e menor disponibilidade de recursos hídricos, o que diminui a produtividade e empobrece os camponeses. Essa realidade pode ser mudada.**



**9** *Local*  
Colômbia

**4** *Escala*  
Nacional

**11** *Atores envolvidos*  
Setor privado, organizações internacionais, sociedade civil, governo

**+** *Fatores críticos*  
Parcerias, tecnologia

vores isoladas em pastagens, cercas vivas, forrageamento com cercas-vivas, bancos de forrageiras mistas e sistemas silvipastoris intensivos.

A iniciativa é promovida por uma forte coalizão composta pela Federação Nacional de Pecuaristas (FEDEGAN), CIPAV, Fondo Acción, The Nature Conservancy e Fundo Nacional para a Pecuária, apoiada pela *Global Environmental Facility* e pelo Departamento de Energia e Mudança Climática do Reino Unido, com recursos administrados pelo Banco Mundial. Os principais parceiros do Estado são o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

### BENEFÍCIOS

O projeto objetiva aumentar a produção de carne e laticínios em 5% por hectare, com benefícios para os agricultores, e reduzir o uso de insumos externos, minimizando os custos de fertilização e controle de moscas em até 70%. A intervenção baseia-se em um modelo de assistência técnica complementado por outros incentivos para os pecuaristas, como pagamentos por serviços ambientais e acesso a crédito.

Um benefício tangível foi o pagamento de USD 43.733 a 143 propriedades rurais por serviços ambientais - como a conservação da cobertura florestal, por exemplo - gerando uma renda adicional para os proprietários. As mudanças no uso da terra são registradas anualmente por esse motivo, já que os pagamentos são atrelados a aumentos na cobertura de árvores (as fazendas recebem USD 75 por cada aumento de 100 pontos no índice).

Um aspecto vital da pecuária é sua contribuição para a mudança climática, com base em dados da FAO, a produção de gado é responsável por 65% das emissões globais do setor agropecuário. Inspirada nessa experiência, foi formulada uma proposta de Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada (NAMA, na sigla em inglês) para ampliar a área de sistemas silvipastoris para mais de



**“Com essas árvores, vieram recursos que movimentam o solo, transportam o esturme de vaca para baixo e melhoram a qualidade da terra... Se você corta as árvores, como fica a alimentação das vacas?”**

**Alba Tamayo,**  
*Beneficiária do projeto.*



© Juan Carlos Gómez

**ATUALMENTE, A EXPERIÊNCIA COMPREENDE**

**2.491**

fazendas (72% pertencentes a pequenos pecuaristas), com uma área total de **113.707** hectares distribuídos em **83** municípios.

**APÓS CINCO ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO...**

Melhor qualidade dos fluxos d'água perto das propriedades rurais (72,7% a menos em DBD).

Mais de **200.000**

**7** toneladas/ha a menos de erosão no solo; aumento de **320%** na presença de pássaros e de biodiversidade entre os macró e micromvertebrados no solo.

O sequestro de carbono melhorou de **12.041** para **14.611** toneladas/ano.

um milhão de hectares. Já incluída no Plano Nacional de Desenvolvimento, a proposta faz parte do compromisso do País junto à UNFCCC.

criação de pecuaristas que põe sua capacidade de assistência técnica, convocação e liderança à serviço de uma aposta clara na sustentabilidade. De outro, parceiros com grande capacidade científica dispostos a identificar espécies florestais e de arbustos adaptáveis às pastagens e ajudar a introduzi-las nas fazendas.



O projeto Agropecuária Colombiana Sustentável gerou ferramentas de grande relevância: modelo de implementação de sistemas silvipastoris; regime de pagamento por serviços ambientais; sistema de monitoramento e avaliação dos serviços ecológicos (recuperação dos solos, biodiversidade e produtividade) e modelo de assistência técnica baseado em princípios de participação rural.

Além disso, a iniciativa ofereceu uma fórmula interessante de parceria, de um lado, uma asso-



# ACTUAR

## UMA ASSOCIAÇÃO DE COMUNIDADES EM PROL DO TURISMO RURAL ALTERNATIVO

O Turismo Rural Comunitário (TRC) é uma alternativa ao modelo ultrapassado de agricultura e pesca em comunidades pobres. A formação de associações é o caminho para transformá-las em uma verdadeira oportunidade de inclusão econômica.



**Local**  
Costa Rica

- 4** *Rede Nacional*
- 11** *Atores envolvidos*  
Sector privado, comunidade, sector público, governo.
- 20** *Temas áreos*  
Asserção, cultura, indígena.

As atrações naturais da Costa Rica fazem do país um destino turístico global desde os anos 1980.

Além disso, o País se posicionou na vanguarda da inovação com a implementação bem-sucedida do TRC. Isso inclui *"experiências planejadas de turismo integradas de forma sustentável ao ambiente rural, desenvolvidas pela população local e organizadas para o bem da comunidade."* A estratégia de TRC foi desenvolvida em 2001 para fins de proteção ambiental, diversificação da renda e bem-estar social das comunidades rurais, com o apoio do Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente e do Pnud. Em 2005, foi criada a Aliança Nacional de TRC. Não há dúvida de que a Associação Comunitária Conservacionista de Turismo Alternativo e Rural (ACTUAR) foi uma das organizações pioneiras à frente desse processo.

### ALIANÇAS PELA MUDANÇA

Hoje em dia, a ACTUAR é uma aliança de trinta e seis associações, fundações, empresas e cooperati-

vas sem fins lucrativos. A aliança beneficia os camponeses e pescadores e cinco comunidades indígenas - Bribri, Malejús, Terrabes, Cabacares e Bonura -, desenvolvendo projetos de enoturismo, processos de segurança alimentar e iniciativas de recuperação das terras. ACTUAR garante a distribuição de 80% a 95% da renda proveniente das atividades econômicas dentro da própria comunidade, trazendo benefícios diretos para 855 pessoas e benefícios indiretos para suas respectivas famílias (2.685 pessoas). O TRC oferece uma oportunidade para as comunidades de diferentes regiões superarem a pobreza extrema, inclusive no Vale Central, no Norte e no Sul do Caribe, no Pacífico Central e Sul e na Região Norte.

Em apoio aos seus membros, a ACTUAR presta assistência nos processos de formalização das entidades, facilita a aquisição de títulos de propriedade e de tecnologias e oferece capacitação e assessoria jurídica. Durante os últimos 15 anos, seus esforços políticos de conscientização fizeram com que o TRC passasse a ser visto como uma ferramenta fundamental de distribuição dos benefícios advindos do desenvolvimento do turismo para a maior parte possível do território nacional. Portanto, o impacto é reconhecido no âmbito das políticas de desenvolvimento turístico da Costa Rica, como o Plano Geral de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de 2002-2015. Não há dúvida de que o foco em TRC contribui para o desenvolvimento sustentável local na Costa Rica. O TRC impulsiona os objetivos nacionais de redução da pobreza, promoção de empregos decentes, inclusão social e proteção ambiental. Isso resultou em uma declaração, em 2006, classificando o TRC como tema de interesse público.



A construção e o fortalecimento das alianças da ACTUAR com o Instituto Costarricense de Turismo (ICT), o Conselho Cooperativo Fide Ecológica Nacional (COOPFENA), a Associação Centroamericana para a Economia, Saúde e Meio Ambiente (ACEPSA), a Universidade da Costa Rica (UCR) e representantes da Assembleia Legislativa foram fatores vitais para a aprovação da Lei de Promoção do Turismo Comunitário e a criação da Câmara de Turismo Rural Comunitário (CAMTURRURAL) em 2009. Atualmente, o TRC é uma atividade prioritária no Plano Nacional de Turismo da Costa Rica para 2016-2020 e está em quarto lugar entre os produtos turísticos do País, de acordo com o Escritório de Turismo da Costa Rica (CT).

### MEMBROS DA ACTUAR

- 1** Criam **350** empregos diretos e indiretos
- 2** Reservam **3.300** hectares de suas propriedades para a conservação ambiental
- 3** Recebem renda, têm acesso a microcréditos e recursos não reembolsáveis para uso em infraestrutura e capacitação
- 4** Oferecem elementos culturais de sua comunidade como experiências turísticas

### EXEMPLO A SER SEGUIDO

Vários fatores relevantes - incluindo o aumento do ecoturismo na Costa Rica, a vontade política do Estado e a vontade e o compromisso dos parceiros locais, juntamente com o empreendedorismo e a melhoria contínua - agiram como estímulos. Assim, a ACTUAR está constantemente ampliando seus horizontes para fortalecer a conservação dos recursos naturais, o desenvolvimento comunitário e cultural, o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e o acesso a microcrédito. Além disso, os membros da ACTUAR promovem a participação e liderança das mulheres.

Para alcançar seus objetivos, a ACTUAR tem desempenhado papel fundamental no desenvolvimento de instrumentos e ferramentas, como guias de TRC, avaliações de impacto, campanhas publicitárias e materiais promocionais, juntamente com a participação de seus membros em fóruns internacionais. A ACTUAR já recebeu diversos prêmios - como o prêmio de qualidade internacional Rainforest Alliance e o prêmio internacional do Concurso TO DO em turismo responsável - ampliando sua certificação em turismo sustentável. Ainda mais importante é o fato da filosofia de TRC ter inspirado vários outros grupos na região. Na realidade, existe um catálogo de TRC na América Latina que poderia ser explorado pela Argentina, pelo Chile, pelo Uruguai, pela Bolívia, pelo Equador, pelo Brasil, pelo México, pela Nicarágua e pelo Peru, entre outros.



# COOPERATIVAS DE RECICLAGEM

## PROMOVENDO O INTERESSE COLETIVO E A INCLUSÃO SOCIAL

Vem sendo observada uma transformação notável na sociedade, com uma forte ampliação da reciclagem organizada junto com a inclusão social.



mostram que a quantidade de matérias-primas recuperadas aumentou para 427,856 toneladas. Isso representa uma economia de 212 milhões de dólares para o sistema econômico nacional.

### BENEFÍCIOS PARA TODOS

Todo mundo sai ganhando com a reciclagem. As cooperativas geram renda com a venda de papéis, plásticos e garrafas de vidro recolhidas das empresas estatais, ao passo que a Empresa Estatal de Recuperação de Matérias-Primas recebe uma quantidade maior de resíduos recicláveis para processar e aumentar seu valor agregado.

Na província de Mayabeque, por exemplo, a população e os órgãos do governo se beneficiam da venda de seus resíduos recicláveis. A Empresa Estatal de Recuperação de Matérias-Primas de Mayabeque compra, sistematicamente, todos os produtos recuperados; assim, a cooperativa mantém a estabilidade financeira e dispõe dos recursos financeiros necessários para dar continuidade ao fluxo de operações sem interrupções.

Embora seja cedo demais para avaliar os impactos de longo alcance, os resultados até agora indicam que a reciclagem contribui para a substituição de importações, a disponibilidade de matérias-primas para as atividades econômicas locais, o aumento das exportações e os cuidados com o meio ambiente. A política de reciclagem do governo cubano trouxe para milhares de pessoas a oportunidade de participarem de novos arranjos

A REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC) GERA

430.000 toneladas de resíduos por dia.

60% a mais do que vinte anos atrás

ESSE NÚMERO PODE SER O DOBRO DAQUI A UMA DÉCADA.

Fonte: Banco Mundial, 2013.



associativos com um modelo de negócios baseado em empresa social. Ela passa a ser um veículo para explorar as ligações entre a economia social e a economia privada, entre os interesses particulares e o bem-estar coletivo.

### ESCALA REGIONAL

Entretanto, o sucesso das políticas e dos programas de reciclagem não é um fenômeno exclusivo de Cuba. A Breda Latino-Americana de Recicladores existe como forma de criar elos entre os diferentes estímulos enviados na região. As iniciativas de reciclagem com inclusão social já funcionam no Peru, na Argentina, na Colômbia e na Guatemala, para mencionar apenas alguns exemplos. Com o projeto do Peru de desenvolver o mercado para a gestão integral de resíduos sólidos recicláveis, iniciado em 2009, o número de recicladores com renda inferior a USD 2/dia diminuiu em 57%. Em 2011, com o apoio do Fundo Multilateral de Investimentos, empresas privadas e ONGs, a Iniciativa Regional de Reciclagem Inclusiva foi lançada para promover mais inclusão dos catadores e recicladores na cadeia de valor da reciclagem na América Latina.

A presença de mulheres recicladoras é um aspecto importante. É necessário garantir que as políticas e estratégias de gestão integral de resíduos sólidos também incorporem as necessidades diferentes dos homens e das mulheres. Dessa forma, a contribuição para a inclusão social e a redução das desigualdades é ainda maior. Por toda a região, as diferentes formas de negócios dedicados à reciclagem, juntamente com homens e mulheres recicladores, são responsáveis por um trabalho ambiental importante, com resultados econômicos encorajadores e maior inclusão social. Com esses resultados, fica claro que a reciclagem na região tem um aspecto bem humano.



### Local Cuba



### Escala Nacional

### Atores envolvidos Sectorial: civil, governo.

### Partes aliadas Materiais, diversos países, gênero.



# SINERGIA MUNICIPAL EM AÇÃO

## RESPOSTAS INSTITUCIONAIS LOCALIZADAS PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DA TERRA

As autoridades locais desempenham um papel fundamental na promoção da coerência das estratégias de desenvolvimento e de alianças eficazes para a sua implementação.



**Local**  
El Salvador

- Local**  
Local.
- Atores envolvidos**  
Governo, setor privado, sociedade civil, organização internacional, academia.
- Fatores críticos**  
Assistência, diversos países.

político. Isso ajudou a definir agendas para toda a região, gerar acordos e progredir com a implementação. É fundamental forjar alianças estratégicas para fortalecer processos endógenos, liderança política e capacidade técnica e operacional.

No começo, a Cooperação Internacional Altmã (GIZ) prestou um apoio fundamental às avaliações participativas ao canalizar os conhecimentos e interesses das partes interessadas locais em um plano. O processo começou do zero, sem qualquer tradição de ordenamento territorial, gestão ou autofinanciamento. “Foi difícil visualizar o caminho para a sustentabilidade econômica,” comentou José Antonio Torres, gerente da ALN.

### CONQUISTAS

Os terrenos devastadores de 2001 em El Salvador, com um saldo de 944 mortos, exigiram ações rápidas e coordenadas para auxiliar o processo de reconstrução e gerar consenso sobre a visão de desenvolvimento local a longo prazo. Os Municípios Associados de *Los Nomlucos* (ALN) surgiram para agilizar a reconstrução depois dos terremotos de 2001. Essa organização possibilitou a captação e execução conjunta de financiamentos provenientes de cooperação internacional, evitando sua fragmentação em 262 prefeituras. Mesmo em seus primeiros anos, a ALN foi além da simples proposição de projetos e financiamentos específicos pós-catastrofe e deu um salto qualitativo e quantitativo em termos de gestão territorial.

A ALN, que no início atendia a apenas quatro municípios, agora já soma dezotto - isso graças à sua capacidade local e pluralista de liderança política. Os prefeitos têm sido fundamentais na construção de uma autoridade amplamente reconhecida e na criação de uma plataforma de negociação e diálogo

em duas vertentes: 1) multinível, para garantir a coerência “vertical” entre o governo nacional e as partes interessadas locais; e 2) formação de redes (*networking*), para promover a coerência “horizontal” nos trabalhos cooperativos, alianças e acordos, bem como governança entre os atores locais.

Por meio de sua estratégia de desenvolvimento econômico, a ALN identificou os atores estratégicos para fortalecer o tecido social local, resultando na criação de uma parceria público-privada para o desenvolvimento econômico (Conselho de Desenvolvimento Econômico), a Rede de Jovens, a Rede de Mulheres e a Associação de Comitês Inter Municipais de Desenvolvimento Local. Todos estiveram ligados ao PDT, com forte ênfase na proteção de áreas de prioridade ambiental (como o plano do rio Jiboa), gestão integral de resíduos sólidos e gestão do risco de desastres. Também está sendo criado o Sistema de Informações Territoriais. Com isso e a plataforma do Sistema de Informações sobre o Desenvolvimento Econômico Local, os indicadores-chave vêm sendo monitorados desde 2010.

O município e o gabinete do prefeito são as instituições com as raízes mais profundas na região. Como plataformas de desenvolvimento local, os municípios associados representam uma evolução institucional poderosa. De El Salvador ao Chile, essas associações continuam propondo oportunidades de aprendizagem sobre como o nível local pode contribuir para estratégias de desenvolvimento mais coerentes, cidades mais sustentáveis, instituições sólidas e alianças eficazes. Todos esses são objetivos da Agenda 2030.



“Em 2003, os municípios eram responsáveis apenas por pequenas obras, coleta de resíduos, iluminação pública, manutenção de postes e cabos ou limpeza. Em outras palavras, infraestruturas básicas que traziam votos imediatos, mas não proporcionavam desenvolvimento local, sustentável e inclusivo em nível regional. Essa batalha esculpou o novo paradigma do papel do município no desenvolvimento.”

**José Antonio Torres,**  
Gestor dos Municípios Associados da *Los Nomlucos*



© Nina Montes



# FUNDO DA ÁGUA DE QUITO

## FINANCIAMENTO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Os interesses diversos sobre o uso da água podem gerar conflitos ou parcerias eficazes, e todos assumem a responsabilidade de garantir o acesso igual e justo.

### Local Equador



- Escala Subnacional.**
- Alcance envolvido**  
*Sociedade civil, organizações internacionais, governo, comunidades, setor privado.*
- Fatores críticos**  
*Instrumento financeiro, modelo, diversos países, prioriza.*

A parte interandina da província de Pichincha é uma das áreas mais densamente povoadas do Equador. Rios como o Guayllamba, alimentados por águas de sub-bacias hidrográficas e subterâneas da Amazônia, fornecem água para consumo humano e pela indústria. Toda a província de Pichincha, no Equador, vinha sendo palco de sérios conflitos relativos à apropriação e uso da água, levando ao esgotamento de diversos aquíferos e contaminação em níveis extremamente elevados. Além dessas questões, havia pouca proteção das áreas de nascentes. Todos esses fatores comprometem o acesso do Distrito Metropolitano de Quito à água.

Os Fundos de Proteção da Água são mecanismos financeiros de longo prazo usados para garantir o abastecimento hídrico por meio da preservação de suas fontes. Um dos primeiros arranjos desse mecanismo na região foi instituído na cidade de Quito.

Em 1995, várias organizações passaram a trabalhar juntas para criar um mecanismo para promover uma nova cultura de uso da água com gestão integrada. Esse processo culminou, em 2000, com a criação do Fundo para a Proteção da Água (Fondo para la Protección del Agua - FONAG).

No momento da assinatura do contrato, as partes reuniram um capital inicial de USD 21.000, e a Companhia de Água Metropolitana de Quito se comprometeu a contribuir com um percentual fixo de suas receitas mensais. Na primeira fase (2000-2002), o objetivo era acumular recursos no fundo por meio da alocação de instrumentos de planejamento, incorporando as partes e buscando financiamento para investimentos de médio prazo.

Em 2005, com os rendimentos do fundo e as doações e contrapartidas de entidades nacionais, diversos programas foram estruturados e vêm funcionando desde então.

- Recuperação da Cobertura do Solo – Esse programa recebe 25% dos recursos e executa projetos de restauração e plantação florestal. Realiza também pesquisas e monitoramento em Vegetação de Paramos e nas florestas do alto andino.
- Gestão de Recursos Hídricos – O programa destina-se a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia superior do rio Guayllamba e suas áreas de influência direta. O objetivo é realizar estudos e análises técnicas específicas para subsidiar o processo de tomada de decisões.
- Áreas Sustentáveis de Conservação de Água – Contribuem para a gestão sustentável das principais zonas circundantes, como a zona-tampão (*buffer*) da Reserva Ecológica de Antisana e os Parques Nacionais de Cayambe-Coca e Otapaxi.

Além disso, os Fundos apoiam a capacitação de líderes comunitários e profissionais, além de programas de educação ambiental (que já bene-

ficiaram mais de 40.000 alunos do ensino fundamental) e campanhas de comunicação voltadas para o público em geral.

### GARANTINDO RESULTADOS POSITIVOS

Atualmente, o FONAG é uma ferramenta vital para a conservação da biodiversidade local e proteção florestal na cabeceira das bacias hidrográficas. Beneficia também diretamente as famílias, que recebem pagamentos diretos ou indiretos por seu trabalho de conservação. Acima de tudo, o Fundo para a Proteção da Água apresenta resultados tangíveis ao garantir o abastecimento hídrico de mais de dois milhões de habitantes de Quito.

A transparência e a gestão adequada do fundo são fatores cruciais. As regras do fundo estipulam para onde os investimentos devem ser direcionados e os montantes máximos a serem alocados para despesas correntes e administrativas. Isso gerou uma relação de confiança e possibilitou a definição clara das responsabilidades dos financiadores, implementadores e beneficiários.

Além disso, um objetivo central das atividades iniciais foi acumular conhecimentos detalhados sobre a bacia e o sistema hídrico, para elaborar informações detalhadas, identificar os modelos hidrológicos e divulgar os resultados. Também foram elaborados certários descrevendo os possíveis efeitos das mudanças climáticas, para auxiliar na definição de medidas pontuais.

Um ponto forte dos Fundos para a proteção da água é o fato de serem atriados aos recursos financeiros locais e, portanto, não dependem de fontes externas. No caso do Equador, isso possibilitou um investimento de mais de USD 20 milhões nos últimos 15 anos. O mecanismo financeiro do Fundo foi reforçado pela Portaria 199 (agora conhecida como Portaria 213 de 2007), que determinou que a Empresa Municipal de Água de Quito contribua com 2% de suas vendas de água potável para os bens de capital do fundo. Além disso, a Portaria 213 delega a execução do Plano Immediato de Recursos Hídricos ao FONAG.

**4** EMPRESA DE QUITO  
4,7

**6** ÁGUA POTÁVEL  
6,1 6,4 6,5  
6,6 6,6

### MAPA COM OS FUNDOS DE ÁGUA DA REGIÃO



### UM MODELO PARA A REGIÃO

Os fundos para a proteção da água demonstram ser um modelo de sucesso para lidar com os desafios específicos de abastecimento hídrico enfrentados pela região. Eles são um mecanismo sustentável que mobiliza financiamento e promove parcerias para garantir uma governança transparente e acesso igualitário a um recurso natural crítico.

Fonte: Aliança Latinoamericana de Fundos de Água.

**15** MUA TERRESTRE  
15,1 15,2 15,4

**17** PARQUES EMERS DE QUARENTENHO  
17,6 17,7

# QUESUNGGUAL

## O VALOR REAL DE PROTEGER OS SOLOS

**Durante os anos 1980, a crise alimentar e ambiental na zona sul do departamento de Lempra (oeste de Honduras) foi agravada pela seca, com impactos graves sobre os meios de subsistência dos pequenos agricultores mestiços e indígenas de etnia Lenca. A solução precisaria identificar as causas dessa situação e se valer de conhecimentos tradicionais.**



**9** **Local**  
Honduras

- 🌱 Escala Local**
- 👥 Atores envolvidos**  
Comunidade, organizações internacionais, governo.
- 🔗 Temas-chave**  
Tecnologia, indígena, diversos países.

cadores de controle da erosão, unidade e produtividade da cultura. A validação e a transmissão de conhecimentos de um agricultor para o outro, juntamente com o fato de que toda a colheita - ou parte dela - nos campos demonstrativos ter sido salva após o furacão Mitch (1998), impulsionando e acelerando a adoção maciça do Quesungual por cerca de 6.000 famílias.

Para garantir o que agora já se tornou uma transformação social e agrícola, foi necessário atrair forças influentes e dinâmicas na região. Foi o caso do Comitê Central Pro-Agua y Desarrollo Integral de Lempra (Cocopradil), organização de base que adotou o Quesungual para melhorar o fluxo das fontes de água. Atualmente, o comitê ajuda 40.000 pessoas na administração de placas d'água, contribuindo para o financiamento do Quesungual mediante o pagamento de taxas sobre o uso de água. A Cooperativa Mikta Lempra Sur Limitada (Comlesur) começou com 40 membros, número que agora já chega a 5.000. Os líderes religiosos passaram a disseminar mensagens contra as queimadas, e os municípios criaram Unidades Municipais de Segurança Alimentar e aprovaram leis municipais contra as queimadas.

O que começou como um esforço local (com recursos holandeses fornecidos pela FAO) passou gradualmente a receber apoio das Secretarias Nacionais de Recursos Naturais, Agricultura e Pesca e Educação. Esta última, por exemplo, criou um programa de graduação agrícola nos Institutos Técnicos Comunitários, garantindo a sustentabilidade do processo e deliberadamente incorporando meninas e mulheres jovens.

Consolidou-se uma massa crítica de habitantes contra as queimadas. Atualmente, existem três



**ENTRE 2005 E 2008,**

o CIAT comparou o Sistema de Quesungual ao sistema de coivara, com as seguintes observações:

**1000%**

mais conservação da vegetação nas propriedades individuais (14 espécies de árvores),

Restauração da biodiversidade e suas funções ecossistêmicas (50 espécies de árvores).

**10**

vezes menos nutrientes (N, P, K) lixiviados, e

**6** vezes menos solo perdido devido à erosão.

Maior rendimento do milho (42%) e do feijão (89%),

Fonte: CIAT, 2009

Centro Internacional de Agricultura Tropical

**“Existem opções de resposta no território: é apenas uma questão de adotá-las e implementá-las. Por exemplo, os atores externos não sabem quais árvores haviam sido aviladas e por quê, e quais podiam ser podadas. Eles também não tinham conhecimento das diversas práticas locais, como o controle de plantas daninhas sem herbicidas. Se o conhecimento dos agricultores não tivesse sido deslançado, independentemente do volume de financiamento e dos técnicos e máquinas disponíveis.”**

**Edwin García,**

“municípios de queimada zero”, sem qualquer incidente de fogo há 20 anos, e quatro “municípios verdes”, que limitam as queimadas a 1% de seus territórios. Com isso, a prática já não é mais considerada “normal” pelas novas gerações. O tecido social tornou-se mais denso, forte e próspero; a existência de cooperativas e de uma rede de fundos rurais contribuiu para melhorar a organização e aumentar a renda, retirando os beneficiários da pobreza extrema. Embora os habitantes continuem emigando, alguns já começam a retornar.

As áreas de Quesungual têm mais cobertura vegetal e fauna mais diversificadas. O sistema melhorou a segurança hídrica, a infiltração da água, a retenção da umidade e a qualidade do solo. As emissões provenientes das queimadas têm sido evitadas e a nova cobertura florestal captura o carbono. A região grega excedentes agrícolas para comercialização nos mercados locais e fora da região. Por todos esses motivos, o valor das terras com Quesungual é três ou quatro vezes superior ao das terras tradicionais.

Em reconhecimento do impacto do sistema, processos similares foram implementados na Associação de Municípios de La Montaña (El Salvador) e em Sonotillo (Nicarágua). A tecnologia foi incorporada pelo programa de segurança alimentar da FAO na Guatemala e pelo Programa Especial da FAO para a Segurança Alimentar na América Central. O Quesungual também serviu como modelo para a formulação de políticas agroinovadoras nacionais em Honduras e El Salvador.



# ALÉM DA SEGURANÇA ALIMENTAR

## 15 ANOS DE PRODUTIVIDADE

### AGRÍCOLA NO COMBATE À POBREZA

A melhoria sustentável da segurança alimentar e nutricional requer um conjunto de fatores: maior produção de alimentos, geração de renda, proteção do solo e da água e desenvolvimento de capacidades sociais.

#### Local



México

O Programa Especial para a Segurança Alimentar (SPSF) do México apoia a produtividade das unidades agrícolas familiares em áreas rurais marginalizadas e altamente marginalizadas, mediante o acesso à grandes investimentos em capacitação, fortalecimento organizacional e implementação de projetos agrícolas.

A adaptação da metodologia SPSF ao México incluiu intervenções descentralizadas, fazendo com que a atuação do projeto fosse ampla e eficaz em nível local. Para tal, a partir de 2005, as

Agências de Desenvolvimento Rural (ADR) com-

egaram a ser configuradas como promotoras fundamentais em nível local. As ADR são compostas por mulheres e homens com capacidades técnicas e sociais e que também têm raízes nas localidades e conhecimentos prévios sobre elas. Isso assegura o estreito envolvimento das comunidades para garantir a sustentabilidade dos resultados.

A estratégia do SPSF concentra-se em quatro aspectos: 1) pecuária e agricultura de quintal; 2) grãos básicos e milho; 3) sistemas agrícolas predominantemente; e 4) mercado local. Esses aspectos agrícolas são complementados pelo fortalecimen-

to familiar, que inclui educação nutricional, gestão financeira, agricultura sustentável e práticas associadas. Desde o início, a metodologia do SPSF teve como base a promoção humana e social e o uso de ferramentas participativas. Por meio de seu trabalho com as famílias e as comunidades, as ADR puderam ampliar o conhecimento de novas tecnologias e a disponibilidade de ativos e recursos para o investimento produtivo. Assim, conquistaram a confiança das comunidades, reduzindo a dependência ao apoio governamental e aumentando a eficiência e a eficácia dos investimentos públicos.

Com a incorporação de um componente ambiental, foram implementados 1.200 projetos amplos de conservação do solo e de armazenamento de água para irrigar superfícies que, anteriormente, só eram produtivas durante a estação de chuvas, juntamente com várias práticas de conservação, como o terraceamento e o reflorestamento, entre outros.

#### ALCANCANDO COBERTURA NACIONAL

Hoje, o SPSF - que, em nível global, surgiu como resultado da Cúpula Mundial da Alimentação de 1992 - configura um instrumento público do governo federal, com o seu próprio orçamento e legislação. Existem mecanismos de coordenação entre a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (Sagarpa) e os governos estaduais. Em nível local, há participação dos municípios e da sociedade civil. Com o apoio de 343 ADR, em 2015, o SPSF já beneficiara 298.770 famílias em 8.711 localidades de 845 municípios, em 25 estados. Atualmente (2016), a cobertura já é na-



cional, com atendimento de 32 instituições do País e investimentos no valor de USD 170 milhões. É importante ressaltar que o financiamento do SPSF vem crescendo desde 2007, quando o Congresso fez sua primeira vinculação no orçamento federal e o tomou parte da política pública de desenvolvimento rural.

#### DESDOBRAMENTOS FUTUROS

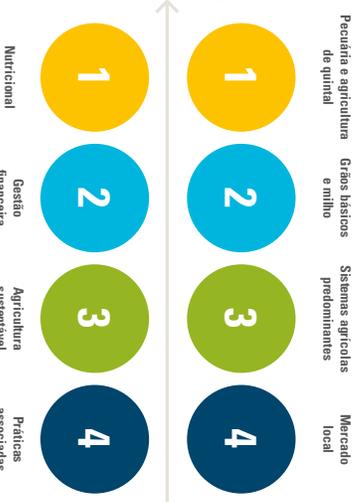
Gracas ao trabalho conjunto da FAO e da SAGARPA, o SPSF, como componente do Programa de Desenvolvimento Rural Integral, foi descrito como "uma iniciativa inovadora que pode ser replicada e sustentável ao longo do tempo". Os grupos responsáveis pela operacionalização do SPSF em cada órgão federal vêm apoiando sua institucionalização em cada estado e promovendo uma articulação eficaz com as ações de diversas instituições. Em nível sub-regional, existem programas semelhantes na América Central e foram promovidos mecanismos de cooperação Sul-Sul para possibilitar o intercâmbio de boas práticas.

#### ALGUMAS ATIVIDADES INCLUEM...

#### RESULTANDO EM...

**342.181** projetos (268.515 em promoção da agricultura de subsistência/80.666 em promoção de geração de renda), aumento da produção anual de frango **14 → 41kg**, aumento da produção anual de ovos **11 → 32kg**, aumento da produção anual de frango **14 → 16** toneladas, aumento do número de frutas e hortaliças consumidas **52 → 80 gramas**, aumento do consumo de proteína animal **52 → 39 gramas**, diminuição do consumo de açúcar

#### ESTRUTURA METODOLÓGICA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



# COMUNIDADES MONTANHOSAS QUE IMPULSIONAM A MUDANÇA

## ECOSSISTEMAS SAUDÁVEIS PARA REDUZIR A VULNERABILIDADE À MUDANÇA DO CLIMA

A adaptação baseada em ecossistemas aproveita a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais para aumentar a resiliência local de modo abrangente.

### Local Peru



Os componentes técnicos da Adaptação Baseada em Ecossistemas (EbA, na sigla em inglês) incluem a gestão integrada dos recursos hídricos, a restauração dos ecossistemas para a proteção contra o risco de desastres e a diversificação da produção agrícola. No entanto, a participação ativa das próprias comunidades na identificação e implementação das medidas de adaptação é o fator mais importante para o sucesso dessa abordagem.

As regiões altas e montanhosas do Peru são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas, não só por causa da topografia (que reforça a variabilidade do clima), mas também devido aos altos níveis de pobreza de seus habitantes. No contexto das mudanças cada vez mais acenhamadas dos padrões de precipitação, a sobrevivência dos povos andinos criadores de gado depende da exploração econômica das pastagens e de sua capacidade de regulação hídrica.

### UM "PACOTE" DE ATIVIDADES

Entre 2012 e 2016, o objetivo do projeto EbA Montanha foi fortalecer as capacidades de adaptação

nacionais, regionais e locais na Reserva Paisajística Nor Yauyos Cordhas, situada a mais de 3.800 metros acima do nível do mar. A iniciativa piloto tem buscado gerar ações que possibilitem a recuperação em outras regiões e outros países.

Todas as medidas do EbA Montanha visam mitigar a degradação das pastagens, que vêm sendo afetadas não só pelas mudanças climáticas, mas também por outros fatores locais, como o sobrepastoreio e a falta de normas costumeiras. Embora a coordenação por parte das instituições envolvidas (Ministério do Meio Ambiente, UICN, PNUD e PNUMA, por exemplo) tenha sido fundamental, a implementação das medidas de EbA foi protagonizada pelos habitantes das comunidades. Uma avaliação participativa do impacto das vulnerabilidades priorizou o uso de ações piloto para demonstrar os benefícios práticos da abordagem. De fato, os pontos de partida foram os conhecimentos locais (visualizados como "diálogos de conhecimento") e a revalorização de determinadas práticas tradicionais (por exemplo, o manejo das vicuñas selvagens).

### ALCANCE AMPLO

Mesmo com uma duração de apenas quatro anos, a conclusão é de que o projeto teve um "impacto retumbante" em diversos níveis. Foram observados diversos aprimoramentos na regulação hidrológica, incluindo melhorias no armazenamento hídrico e na recarga das águas subterrâneas. As condições das pastagens têm

melhorado e recursos específicos (como a lã da vicuña) vêm aumentando, gerando um aumento direto de renda. Também houve um impacto no conhecimento adquirido e nas capacidades de todos os participantes, incluindo maior organização dos grupos de interesse, pesquisadores e comitês comunitários, que agora dispõem de Planos de Manejo de Pastagens e Gestão dos Recursos Hídricos que integram medidas de EbA em planejamento comunitário e municipal. As informações geradas também foram úteis para a reserva paisajística, na priorização das áreas de ação e na formulação do plano diretor (atualmente em fase de implementação). Embora seja difícil de medir, observa-se que a EbA, atualmente, é reconhecida e valorizada pelas instituições públicas e privadas do Peru.

Quanto à formulação de políticas, os benefícios das medidas de EbA já foram comprovados por análises de custo-benefício, o que as configura como uma alternativa economicamente viável. A EbA também foi incorporada à Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas e às orientações gerais para a formulação de projetos de investimento público. Como resultado, projetos baseados na conservação da biodiversidade e na promoção de serviços ecossistêmicos já podem ser considerados no âmbito do Sistema Nacional de Investimentos Públicos (SNIP), possibilitando que os governos regionais e dos municípios, distritos e províncias apresentem seus próprios projetos e tenham seu financiamento garantido.

As ações de EbA estão sendo implementadas amplamente por toda a região, desde as montanhas mais altas até as florestas tropicais e zonas costeiras. Uma das aplicações mais populares da abordagem EbA ocorre nas zonas costeiras. Por exemplo, um projeto realizado no Uruguai recuperou o litoral por meio de reargas de areia e construção de cercas vivas. A comunidade de prática especializada em EbA está plenamente operacional e reúne profissionais de toda a região.

**2** FOMENTO À RESILIÊNCIA SISTÊMICA  
2,3 2,4 2,5

**6** FOMENTO À RESILIÊNCIA SISTÊMICA  
6,5 6,6

**13** AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA  
13,1 13,2 13,3

**15** VIDA TERRESTRE  
15,1 15,3

**O PAPEL DAS MICROFINANÇAS**

As exigências de adaptação às mudanças climáticas vão além de práticas mais produtivas ou da restauração da saúde dos ecossistemas. O financiamento para os investimentos necessários é igualmente importante, independentemente de os recursos serem privados, públicos ou provenientes de parcerias público-privadas. Nas áreas rurais, a vulnerabilidade é agravada pela atenção limitada ou inexistente das instituições financeiras. Os custos operacionais são muito altos e a percepção de risco é maior, embo os produtores não têm acesso aos produtos financeiros para ajudá-los a evitar ou superar os riscos.

Nessas circunstâncias, a iniciativa "Microfinanças para a Adaptação Baseada em Ecossistemas" presta assistência técnica para promover o crédito para soluções de EbA no Peru e na Colômbia. O projeto desenvolveu ferramentas específicas para o setor de microfinanças e suas instituições, incluindo capacitação de pessoal, conscientização dos clientes e melhor gestão dos riscos climáticos na análise de crédito.

Mais de cinco mil empréstimos (cerca de USD 7 milhões) foram finalizados durante os dois anos de implementação em escala piloto. Esses resultados demonstram uma boa oportunidade de negócio e mostram que o microfinanciamento pode ser um veículo de promoção de adaptação às mudanças climáticas no setor rural. Na prática, o financiamento do clima vem se tornando cada vez mais acessível até para os mais vulneráveis, complementando sua capacidade de resiliência aos choques climáticos.

# HOSPITAIS SEGUROS E VERDES

## SAÚDE, MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE RISCOS

**Centros de saúde inteligentes combinam a segurança estrutural e operacional com medidas ambientais favoráveis.**



de novos hospitais com um nível de proteção que garanta a continuidade do funcionamento em caso de catástrofes e a implementação de medidas de mitigação para fortalecer os centros já existentes.

A padronização de ferramentas - principalmente de instrumentos de avaliação, como o Índice de Segurança Hospitalar (ISH) - tem sido um fator-chave para o progresso. O ISH facilita o diagnóstico, o planeamento e a avaliação das intervenções realizadas para deixar os serviços de saúde mais resilientes, priorizando aqueles localizados em áreas de alto risco de desastres, servindo à população mais vulnerável e com um nível de segurança que garanta o seu funcionamento durante uma crise. O ISH avalia estes níveis de proteção: 1) a vida dos pacientes, visitantes e funcionários do centro; 2) investimentos em equipamentos e instalações; e 3) a operacionalidade da instituição de saúde em caso de desastre.

A República Dominicana é um exemplo emblemático por ser um dos países mais vulneráveis a eventos climáticos. O governo adotou um programa de mitigação depois dos furacões Noel e Olga, em 2007 e 2008. O Ministério da Saúde concluiu a avaliação de trinta e sete hospitais e realizou intervenções para aumentar o ISH em dezasseis deles.

### A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS É UM ELEMENTO FUNDAMENTAL

Um aspecto dessa estratégia que parece permanente é a dimensão ambiental, com preocupações que vão além das melhorias na gestão de lixo hospitalar. Um Hospital Seguro exige abastecimento garantido e ininterrupto de água em quantidade e qualidade suficientes. As águas de chuva

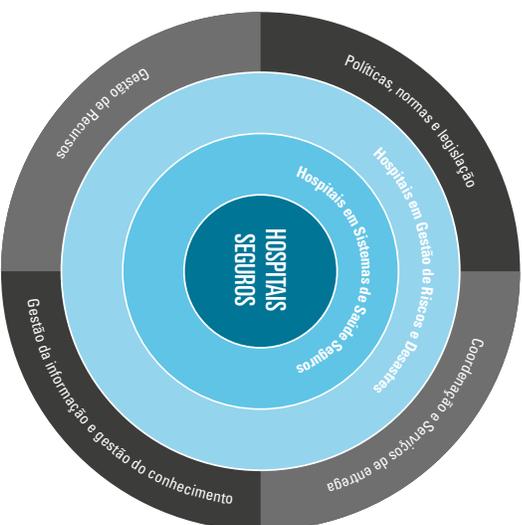
e do esgoto devem ser canalizados e eliminados de modo que não afetem as instalações hospitalares ou a qualidade do ambiente em sua volta.

Recentemente, a ênfase na sustentabilidade ambiental tem sido reforçada pela ideia de “instalações de saúde inteligentes”. De acordo com a OPAS, “as instalações de saúde são ‘inteligentes’ quando combinam a segurança estrutural e operacional com medidas ambientais (verdes) favoráveis e uma relação custo-benefício razoável.” Existe um guia prático disponível para ajudar administradores, engenheiros e profissionais de manutenção a levarem em conta a eficiência do uso de recursos, as operações e a redução das emissões de carbono. A ferramenta inclui instrumentos novos, como a “lista de verificação verde”, concebida inicialmente para o Caribe Britânico, e inclui categorias inovadoras de verificação nas áreas de compras sustentáveis, eliminação do mercúrio, uso de materiais de baixa emissão, uso de energias renováveis e uso eficiente da água.

### UMA ADOÇÃO INTEGRADA

A experiência indica que a implementação de estratégia Hospital Seguros engloba várias dimensões da agenda do desenvolvimento: saúde, bem-estar da população, resiliência da infraestrutura, adaptação à mudança climática e gestão ainda mais sustentável dos recursos hídricos. O impacto económico também é inegável. O colapso estrutural dos hospitais deve ser prevenido durante os desastres para proteger não só a vida dos pacientes e das equipes de saúde, mas também o investimento público. Os hospitais representam mais de dois terços do orçamento do setor da saúde e 85% de seu valor financeiro corresponde à equipamentos e instalações.

Atualmente, a adoção do modelo de Hospital Seguro foi generalizada na região, gerando resultados tangíveis, ligando a saúde à gestão de riscos e aumentando a resiliência da infraestrutura vitais. A iniciativa Hospital Seguro continuará gerando áreas de consenso nas agendas ambiental, de gestão de riscos e de bem-estar social.



© OMS, 2015.

**9** INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
9.1

**12** CONSUMO E RESPONSABILIDADES  
12.2 12.4 12.5 12.7

**13** AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA  
13.1 13.2

**17** PARCERIAS TRANS-SECTORIAIS DE DESENVOLVIMENTO  
17.6



**9** *Local*  
República e Dominicana

- 14** *Nacional*  
Escala
- 15** *Atores envolvidos*  
Nacional
- 16** *Governos, organização internacional*
- 17** *Fator crítico*  
Ferramentas de avaliação, modelo, diversos países.

# ÍNDICE DE VULNERABILIDADE AOS PERIGOS CLIMÁTICOS

## ROMPENDO O CICLO ENTRE A POBREZA E A VULNERABILIDADE AMBIENTAL

A medição da vulnerabilidade ambiental e climática oferece oportunidades para aumentar o apoio aos beneficiários de programas sociais.

**Local**  
República Dominicana



Nos últimos anos, os impactos de eventos climáticos extremos (como tempestades e furacões, seguidos por períodos de seca) sobre a República Dominicana têm sido cada vez mais graves e frequentes. As famílias rurais pobres são particularmente vulneráveis a essas situações, porque são altamente dependentes de recursos naturais e serviços ecossistêmicos para sua subsistência, saúde, renda e necessidades básicas. Além disso, essas famílias têm menos meios à disposição para combater as condições climáticas que afetam sua pobreza.

### COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Entre 2012 e 2014, foi desenvolvido um Programa Nacional “*Guarda Chuvia*” no âmbito da Iniciativa Pobreza e Meio Ambiente (PEI) do PNUD, do PNUMA e da REGATTA (plataforma regional de apoio à transferência de tecnologias e ações relacionadas às mudanças do clima). O objetivo é reduzir a vulnerabilidade das famílias rurais pobres aos riscos climáticos, integrando as variáveis

de pobreza, meio ambiente e clima ao planejamento do desenvolvimento. Os atores nacionais são o Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Mudança do Clima e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o Ministério da Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento (MEPYD), a Direção-Geral de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial (DGDOT), o Gabinete Social (GASO) e o Sistema Único de Beneficiários (SUBEN).

Esse trabalho interinstitucional demonstrou que a integração das políticas de proteção social às políticas de adaptação às mudanças do clima e de gestão de risco constitui uma ferramenta poderosa para, de maneira sustentável, combater a vulnerabilidade social às mudanças climáticas e reduzir a pobreza. Para tal, o objetivo específico foi integrar medidas de adaptação às mudanças climáticas em dois processos específicos de planejamento e desenvolvimento: estratégias de proteção social e gestão territorial.

A liderança do SUBEN e a adoção de soluções técnicas foram vitais para alcançar esses objetivos e garantir a sustentabilidade da iniciativa. O SUBEN é responsável por identificar as famílias mais necessitadas e que podem se beneficiar dos programas de assistência social do governo. O trabalho realizado pelo SUBEN ajustou os critérios de seleção dos beneficiários, considerando variáveis de vulnerabilidade ambiental e climática.

### GERANDO NOVAS MÉTRICAS

A metodologia inovadora do Índice de Vulnerabilidade Ambiental (IVA) foi de especial importância.



**CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS**

Paredes e telhado



**RENDA**

Renda média doméstica



**PROXIMIDADE DA MORADIA A UMA FONTE DE PERIGO**

Rio, riacho, córrego



**1** GERANDO UM POBREZA

1.1 1.2 1.3 1.5



**2** FOMENTO À SUSTENTABILIDADE

2.1

### VARIÁVEIS E DIMENSÕES DO IVA

Fonte: SUBEN, Dominican Republic.

Posteriormente, veio o Índice de Vulnerabilidade a Perigos Climáticos (IVPC), que calcula a probabilidade de uma família ser afetada por furacões, tempestades e inundações. Atualmente, o IVPC é aplicado ao banco de dados do SUBEN para: a) identificar a população em alto risco de enfrentar impactos ambientais; b) focal intervenções geográficas e populacionais, priorizando as famílias pobres em áreas de alto risco; c) formular políticas públicas para gerar resistência e combater os efeitos dos riscos hidrometeorológicos.

Além de gerar ferramentas metodológicas, o programa produziu benefícios diretos para a comunidade, que incluem a criação de um fundo rotativo para fomentar as medidas de adaptação às mudanças climáticas no Lago Enriquillo, na fronteira com o Haiti, onde 22% das famílias foram diretamente afetadas pela sequência de catástrofes ocorridas no período de 2004-2013.

A agenda de trabalho que integra a gestão de riscos, a proteção social e a gestão ambiental conti-

nua plenamente eficaz. Prova disso foi a publicação, em janeiro de 2016, de orientações metodológicas para a formulação de planos municipais de gestão territorial. Essas orientações incluem mecanismos para integrar a adaptação às mudanças climáticas, a gestão de risco, a redução da pobreza e a igualdade de gênero ao ordenamento territorial.

A decisão de combater políticas sociais e ambientais continua gerando novas oportunidades de inovação para a República Dominicana. Um exemplo são as discussões atuais iniciadas pelo SUBEN para desenvolver um novo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Trata-se de uma evolução do atual Índice de Qualidade de Vida, usado para direcionar subsídios e transferências mediante a segmentação das famílias em quatro níveis diferentes de pobreza. Portanto, a aplicação dessa abordagem integrada para compreender a pobreza, o meio ambiente e as mudanças climáticas na República Dominicana vem ganhando a força de um furacão, com impactos que produzem efeitos positivos e históricos.



**13** AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

13.1 13.2



**17** PARCERIAS E REDES DE IMPLEMENTAÇÃO

17.14

# O MERCADO VERDE E O FUTURO DA AGRICULTURA

## ALIMENTAÇÃO E CULTURA EM SANTA CRUZ

O Mercado Verde de Santa Cruz é um exemplo de empreendedorismo social comunitário com participação do setor privado e cujo objetivo é promover um consumo local mais saudável e sustentável.



**Local**  
Trinidad e Tobago

- Escala**  
Local.
- Atores envolvidos**  
Comunitário, setor privado.
- Fatores críticos**  
Cultura, gênero.

e produção. Os métodos empregados nas propriedades são “verdes”, de baixo impacto e não poluentes. Também são eficientes no uso de recursos e protegem o ecossistema terrestre. Todos os produtos do mercado são livres de substâncias químicas nocivas, pesticidas e fertilizantes, proporcionando opções de consumo mais saudáveis para a população.

O objetivo social secundário do Mercado Verde é estimular o empreendedorismo de produtos, transformando as matérias-primas das propriedades em produtos artesanais e bens secundários e terciários para venda. Além de hortifrutigranjeiros frescos, o mercado oferece mel, chocolates, caldas, doces, chutney, geleias, pães, sabonetes, loções, jalecos, bolus, artigos de madeira e brinquedos.

Seu objetivo é promover um profundo senso de comunidade e coesão entre os moradores de Santa Cruz, possibilitando que eles se reúnam em um local seguro para interagir com pessoas de todos os cantos da ilha. Além disso, o programa infantil “*Eco-Kids School*” foi desenvolvido para promover experiências interativas de aprendizagem e gerar interesse pela importância da agricultura entre as crianças da comunidade de Santa Cruz. Em outra esfera, a produção de um livro de receitas com alimentos, ervas e especiarias indígenas de Trinidad e Tobago servirá para disseminar a cultura do País a partir de sua culinária.

### DESAFIOS E SUCESSOS

A iniciativa contribui simultaneamente para o bem social e para a mudança de padrões de consumo

O maior desafio enfrentado pelos iniciadores do projeto foi mudar a mentalidade dos agricultores



© Santa Cruz Green Market.

e consumidores. Para os agricultores, foi a adoção de métodos de produção mais sustentáveis. Para os consumidores, foi a conscientização de que os produtos de Santa Cruz eram muito mais saudáveis do que os produtos encontrados em outros locais, que, apesar de mais baratos, eram repletos de produtos químicos e pesticidas. Foram necessárias diversas ações educativas e de conscientização para concretizar essa mudança e fazer do mercado um sucesso.

O mercado está desenvolvendo o seu próprio índice verde como subsídio para um padrão de rotulagem que identifica os métodos agrícolas, as condições do solo, os níveis de patógenos, o uso de pesticidas, e a água e a energia utilizadas no

cultivo dos alimentos. Essencialmente, trata-se de um padrão de sustentabilidade para a agricultura, uma inovação que pode ser ampliada para o restante do País e para todo o Caribe.

O Mercado Verde tem chamado a atenção dos meios de comunicação e do público em geral. A iniciativa vem ganhando credibilidade e já recebeu o apoio de agências governamentais, da Universidade das Índias Ocidentais e da FAO. Esse sucesso exigiu muito trabalho e persistência, mas hoje o que as pessoas veem em Santa Cruz não é apenas um mercado verde, mas o potencial do cultivo sustentável para os agricultores e para a comunidade em geral.



# RENOVANDO A ENERGIA

## TRANSIÇÃO PARA UMA MATRIZ ENERGÉTICA MAIS LIMPA E EFICIENTE

**A energia renovável traz economia para os organismos públicos, gera empregos, diminui os preços para os consumidores e empresas e garante a competitividade econômica.**



**Local**  
Uruguai

- Escala Nacional**
- Atores envolvidos**  
Comunidade, governo, organização internacional, setor privado.
- Fator chave**  
Inovação social.

Os investimentos em infraestrutura durante essa transição foram estimados em, no mínimo, USD 7 bilhões. Ao mesmo tempo, os custos de geração de energia foram reduzidos em 40% por meio do uso de energias renováveis. O governo pôde realocar os recursos economizados para investimentos sociais. A vulnerabilidade às mudanças do clima também foi reduzida a partir da diversificação das fontes de energia elétrica. Embora, em 1970, 50% da eletricidade do País fossem gerados a partir do petróleo, em 2015, 92,8% vinham de fontes renováveis e a preços mais baixos do que no passado (ajustados pela inflação). As importações de energia de outros países foram interrompidas e o Uruguai passou a exportar seus excedentes.

Além disso, foram incorporadas medidas de mitigação da mudança do clima para reduzir a captura de carbono. Além da criação de políticas para expandir a oferta de energia de forma responsável, também era necessária a redução eficiente da demanda. As medidas conjugadas incluíram, por um lado, economia de energia - limitando sua utilização - e, por outro, eficiência energética - ou seja, a otimização do uso da energia. Hoje, 99,7% das famílias uruguayas estão conectadas à rede elétrica (em 2005, a cobertura em zonas rurais era de 85%), com a ampliação dos serviços oferecidos em áreas de acesso limitado e tarifas mais baixas. Os custos para as empresas foram reduzidos e a competitividade aumentou. Em nível nacional, isso ampliou o espaço de manobra para investimentos importantes em geração de energia.

A transformação energética do Uruguai foi resultado de uma série de fatores, incluindo: políticas públicas e marcos regulatórios (como a Política Energética 2030 e a Lei nº 18.597/2009 sobre o uso eficiente da energia); instrumentos de mercado, como o programa de ritmos de venda normas e informações sobre eficiência energética, incluindo um selo de eficiência em equipamentos e materiais de uso doméstico; e elementos de estratégia financeira, por meio do Fideicomiso Uruguayo de Ahorro (Fideicia Etirgética FIDAE, na sigla em espanhol).



O setor de energias renováveis gerou cerca de



Fonte: Ministerio de Industria, Energía y Minería, Uruguay.

Com resultados tangíveis em matéria de segurança energética, consumo reduzido, menos emissões e mais exportações, a transição energética do Uruguai é um exemplo claro dos benefícios sociais, ambientais e econômicos que as políticas públicas bem concebidas podem proporcionar.

A existência de condições naturais adequadas para outras fontes de energia (irradiação solar aceitável durante o ano todo, biomassa de atividades agrícolas, ventos e fontes geotérmicas),

**“As mudanças na matriz energética são irreversíveis... por isso, nós agora trilhamos o nosso próprio caminho. Somos influenciados, claro, pelos desdobramentos globais, mas os adaptamos às boas práticas do Uruguai...”**

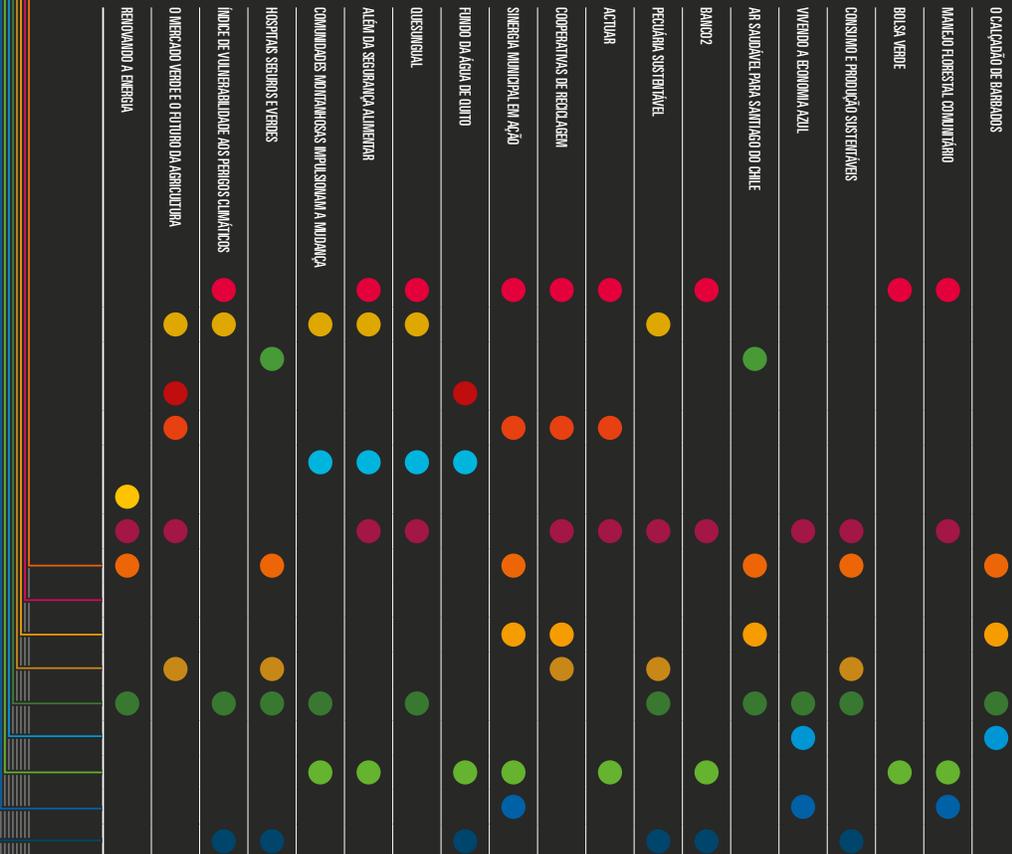
**Gonzalo Casaravilla,**  
Presidente, Administración Nacional de Usinas Eléctricas e Transmisión.



© Ministerio de Industria, Energía y Minería, Uruguay.



## RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS AOS ODS



# RESUMO DE EXPERIÊNCIAS ADICIONAIS INCLuíDAS NA COMPILAÇÃO DIGITAL



© Akapacha Chascomús.



## ARGENTINA

### UM ESTILO DE VIDA SUSTENTÁVEL

#### A EXPERIÊNCIA DA ECOALDEIA AKAPACHA

Ecocidade é um assentamento humano que se integra com o ambiente natural de maneira sustentável e utiliza métodos comunitários para a produção e para o consumo. Esse sistema atende a maior parte das necessidades dos habitantes e gera excedentes para venda ou comércio. A rede crescente de ecocidades chamada Global Ecovillage Network existe desde 1995 e inclui sessenta e cinco comunidades da América Latina e do Caribe. Multiversidade Akapacha, localizada na cidade argentina de Chascomús, é uma delas. Atualmente, hospeda quinze famílias e atua como um exemplo local de um movimento global. Estrutura-se como uma comunidade de práticas e aprendizagem colaborativas em áreas como pecuária, energia renovável, projetos bioclimáticos, economia solidária, arte, saúde, cultura orgânica e comunicação. A Multiversidade Akapacha desenvolveu um modelo completamente à educação superior formal que se concentra, principalmente, no compartilhamento de conhecimentos para uma vida alternativa, saudável e criativa — literariamente, oferecendo uma nova maneira de viver.

## BRAZIL

### O PROGRAMA ÁGUA DOCE

#### ÁGUA PARA O SEMIÁRIDO DO BRASIL

Ao longo dos anos, vários projetos têm procurado fornecer água para a região semiárida brasileira, no Nordeste do País, por meio de instalação de sistemas de dessalinização. Apesar do investimento considerável de recursos, tempo e esforço de muitas pessoas, a maioria desses sistemas foi abandonada. Nesse contexto, desde 2004, o Programa Água Doce tem procurado capacitar as comunidades para serem a base para a implementação e manutenção de sistemas alternativos de fornecimento de água. Hoje, o programa garante o acesso à água de qualidade para 100.000 pessoas em mais de 150 localidades na região semiárida. Além disso, o esforço gerado no processo de dessalinização está sendo usado como recurso para a criação de peixes (tilápias) e para irrigar culturas forrageiras tolerantes ao sal. Um dos maiores desafios da iniciativa foi a criação de estruturas permanentes para a gestão de sistemas de dessalinização. Portanto, tem procurado assegurar a sustentabilidade e evitar os problemas observados no passado. Com a participação ativa da população local, dos municípios e dos governos sub-regionais, a sustentabilidade se transformou em um dos resultados mais marcantes.

## Costa Rica

### CAFÉ MAMA

#### COMUNIDADE DE PRODUTORES IMPULSIONA A NEUTRALIZAÇÃO DE CARBONO NO PAÍS

A produção de café é uma parte integrante da economia, história e identidade da Costa Rica. Oito por cento da força de trabalho está empregada nesse setor, que é estrategicamente constituído por pequenos produtores (62% estão nessa categoria) e que sustenta 50.000 famílias. No entanto, a produção de café também é responsável por 9% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no País. Para atingir seu objetivo de neutralidade de carbono até 2021 e contribuir para os esforços internacionais de proteção do clima, a Costa Rica estabeleceu uma série de firmamentos que apoiam outros países no combate às mudanças do clima e na busca de seu próprio caminho para o desenvolvimento de baixo carbono (conhecidos como Ações de Mitigação Nacionalmente Apoiadas, ou NAMAs, na sigla em inglês). O resultado foi Café MAMA Costa Rica, uma colaboração inovadora entre os setores público, privado, financeiro e acadêmico que resultou na primeira MAMA agrícola do mundo. Essa iniciativa não vai somente criar o primeiro café de baixa emissão, mas também procura melhorar a eficiência no uso de recursos em plantações e beneficiadoras de café e dar aos produtores acesso a novos mercados, aumentando a competitividade da economia. A iniciativa também tem potencial para ser a base para a expansão da iniciativa em nível nacional e internacional, para diferentes sistemas agrícolas e setores.



© Red Iberoamericana de Bosques Modelo

## **FLORESTA MODELO PROCESSOS ATIVOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS**

O conceito de floresta-modelo surgiu no Canadá, na década de 1990, em resposta ao conflito entre as empresas florestais e as comunidades, e evoluiu para uma iniciativa promovida pela International Model Forest Network (*Rede Internacional de Florestas-Modelo*) que hoje inclui mais de 70 iniciativas em 31 países. Essas iniciativas promovem o desenvolvimento sustentável de territórios, alcançando um equilíbrio entre as necessidades sociais, ambientais e econômicas.

Ha 20 florestas-modelo na América Latina e Caribe que compreendem mais de 30 milhões de hectares em 14 países, entre as quais a floresta-modelo Atacama das Altas Montanhas, no Chile. Essa experiência teve início em 2002, como uma das quatro florestas-modelo do Chile. Com uma área total de 369.000 hectares na província de Malleco, já alcançou realizações notáveis como: redução de conflitos entre os indígenas Mapuche-Pehuenche e os agricultores; exploração sustentável e sustentável do pinhão de araucária, *molche* (um fungo comestível) e a rosa mosqueta; recuperação de 50 hectares de solo; governança local como base para o uso da terra mais sustentável; e aprovação da Reserva da Biosfera Atacama como área protegida.



© UNDP

## **MAIS DO QUE UMA ESCOLA AS AULAS VERDES DE GRANADA PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA**

A priorização de adaptação às alterações climáticas da Granada começou a se manifestar graças a uma série de projetos comunitários. Um projeto piloto está localizado na Escola de Educação Especial, na área turística de Grand Anse. A fim de responder ao desafio da escassez de água, que é uma ocorrência comum na região durante a maior parte do ano, a escola iniciou um programa de captação de águas pluviais, armazenamento de água, irrigação por gotejamento e uso de energia solar numa fazenda, contínuo, assim, para estilos de vida saudáveis e para a segurança alimentar. A ênfase na adaptação às mudanças climáticas também fornece uma valiosa atividade geradora de renda para os estudantes considerados “diferentemente capazes” e promove a autoestima e o orgulho. As culturas produzidas são vendidas nas comunidades vizinhas e no Sandals Hotel, parte de grandes hotéis caribenhos de hotéis, localizado nas proximidades da fazenda-modelo. Essa abordagem inovadora, baseada na comunidade, que se preocupa com escassez de água, segurança alimentar e sustentabilidade por meio do turismo, ligado ao setor privado, seria usada como modelo para iniciativas futuras e serve como excelente exemplo de adaptação às alterações climáticas com raízes na comunidade.



© UNEP

## **UMA LENTE DE GÊNERO PARA A ECONOMIA VERDE CAPACITANDO MULHERES AGRICULTORAS NO CARIBE**

As mulheres agricultoras, que produzem parte significativa dos produtos agrícolas no Caribe, enfrentam grandes desafios, como o direito de propriedade da terra, o acesso igual ao mercado e a discriminação de preços injustos. Muitas vezes, elas não têm poder de negociação coletiva por meio de grupos organizados. Esse projeto visa colocar uma lente de gênero na formulação e implementação de políticas para o setor agrícola a partir da criação de iniciativas para capacitar as mulheres agricultoras, fortalecendo o papel delas na transição nacional para uma economia verde e inclusiva. Embora seja um esforço contínuo, já houve uma série de resultados iniciais, dentre eles, a formação de uma rede de mulheres agricultoras que se comunicam, colaboram e compartilham informações e acesso aos mercados. Uma comunidade para práticas e agricultura de mulheres está evoluindo graças às ligações entre as mulheres e à criação de uma rede que lhes deu uma voz mais reconhecida, respeitada e poderosa em nível nacional. Desde o início, em 2014, o projeto tem sido uma ferramenta eficaz para compartilhar conhecimentos, desenvolvimento e disseminação de melhores práticas.



© Octavio Aburto, WWF

## **GARANTINDO A ÁGUA PARA AS PESSOAS E PARA O MEIO AMBIENTE 189 RESERVAS PARA GARANTIR O USO JUSTO E SUSTENTÁVEL DE ÁGUA**

Desenvolvido no México, o programa nacional procura estabelecer um sistema público de reserva de água que garanta a disponibilidade contínua e estável de água para as atividades econômicas e o bem-estar da população. A partir de estudos técnicos que identificaram 189 potenciais bacias nacionais, projetos piloto em seis regiões hidrográficas tornaram-se ávidos e o programa foi aprovado por decreto presidencial. A implementação desse programa tem fortalecido a aplicação da Norma Mexicana de Fluxo Ecológico nas bacias do País, que propõe conservar o volume anual de água. Além disso, as decisões relacionadas aos recursos hídricos foram em conta a participação e a consulta pública com as partes interessadas na bacia hidrográfica, além de grupos profissionais, introduzindo, assim, o conceito do valor econômico da água no desenvolvimento e no crescimento.



© Fundacion Natura Panama

## **FIUNDO ECOLÓGICO DO PANAMÁ UM MECANISMO DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO**

O Fundo Ecológico de Panamá (FIDECO) nasceu em 1995 como forma de buscar fontes de financiamento sustentáveis para investimentos ambientais. Um dos primeiros mecanismos financeiros para a conservação a longo prazo nas Américas, o FIDECO tornou-se um programa permanente e o fundo ambiental mais importante do Panamá. Já apoiou mais de 200 projetos ao longo de mais de vinte anos em áreas ambientais críticas, tais como conservação de água e do solo, iniciativas agroflorestais, estabelecimento de áreas demonstrativas, produção de mudas e desenvolvimento de planos de conservação e manejo do solo em áreas protegidas e fazendas particulares. O impacto esperado das ações do Fundo na conservação e proteção ambiental, por meio da gestão de áreas protegidas, tem sido complementado com a formação de capital social e a modificação de atitudes e comportamento da população em relação à conservação e à gestão sustentável dos recursos naturais.



© BactSoil

## **MODERNIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NOVAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO PARA COMBATER A POBREZA E FOMENTAR A RESILÊNCIA**

O Projeto de Modernização da Agricultura Familiar melhora os rendimentos das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em assentamentos rurais priorizados pelo Programa Semeario Oportunidades (PSO) do Paraguai. Para fazer isso, o programa agrega tecnologia que promove produtividade e reduz a pressão ambiental com o objetivo de unir famílias para que elas possam desenvolver empreendimentos agrícolas que integrem cadeias de valor e de mercado. Entre 2014 e 2015, o projeto permitiu que mais de 10.000 hectares adicionais de terra fossem utilizados como áreas agrícolas, além do cultivo de cerca de 18.000 hectares. Cerca de 7.000 famílias em 50 comunidades rurais, nas áreas com as mais altas taxas de pobreza rural, se beneficiaram do crescimento da renda na ordem de USD 10 milhões.

**Para mais informações destas e de todas as experiências, visite [www.unep.org](http://www.unep.org)**

# OLHANDO PARA O FUTURO

Há muitos desafios para melhorar a forma como abordamos o desenvolvimento. No entanto, também há muitas oportunidades para aproveitar o potencial das abordagens localizadas, para utilizar sinergias positivas e aproveitar as parcerias para o benefício de todas as partes interessadas.

## 01

### REVITALIZAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS LOCAIS

Há espaço para melhorias que assegurem uma maior coerência nos instrumentos de planejamento. O planejamento por setor deve ser substituído por uma abordagem mais programática e o papel das partes interessadas locais é fundamental para aumentar a coerência das estratégias de desenvolvimento, a fim de adequar o desenvolvimento sustentável ao local. Experiências como o Programa Água Doce, no Brasil, e a Associação de Municípios, em El Salvador, demonstraram como o papel das autoridades locais e subnacionais, organizações da sociedade civil e comunidades é fundamental para gerar mudanças substanciais a fim de alcançar a sustentabilidade.

## 02

### DA COORDENAÇÃO AO IMPACTO COLETIVO

Mudanças em grande escala requerem a resolução coletiva de problemas e a cons-

trução de coalizões para ação. No caminho rumo a um desenvolvimento sustentável, isso vai muito além da mera colaboração para definir processos estruturados em que a mobilização de recursos humanos e financeiros suficientes é assegurada com uma perspectiva de médio e longo prazo.

Há também a necessidade de integração intersetorial em torno de uma agenda comum com objetivos acordados, metas e indicadores, bem definidas de todas as partes envolvidas. Experiências mostram que embarcar nesse processo de mudança sistêmica leva vários anos e, de fato, pode resultar, ao longo dos anos, em uma alteração mais sustentável e que se torna a nova norma.

Embora esses altos níveis de coordenação entre um número sem precedentes de partes interessadas pareça assustador, o verdadeiro desafio continua sendo a integração significativa. Essa perspectiva exigente é a única maneira de garantir a mudança global em grande escala, necessária para situar o desenvolvimento num caminho mais sustentável.

As experiências contidas neste documento mostram a riqueza de pontos de vista e abordagens decorrentes do comprometimento das pessoas da região da América Latina e Caribe. Espere-se que o diversificado leque de partes interessadas

envolvidas no desenvolvimento possa se inspirar ao ver os sucessos apresentados e ir além deles para criar suas próprias soluções sustentáveis que desafiam o paradigma de desenvolvimento.

## 03

### A COOPERAÇÃO REGIONAL

A difícil tarefa de contribuir para alcançar um resultado global torna as iniciativas que já produziram resultados em diferentes contextos particularmente relevantes. As experiências apresentadas aqui mostram que a região já embarcou no processo de cooperação em que diferentes partes interessadas (tanto governamentais quanto não governamentais) apoiam umas às outras para replicar as melhores práticas.

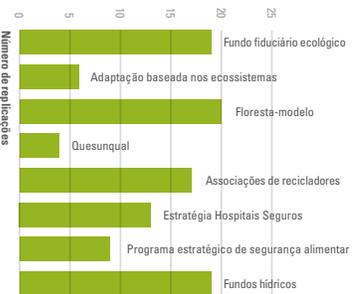
As parcerias internacionais, por meio da cooperação Sul-Sul e Triângular, continuarão a desempenhar papel importante. Os institutos internacionais técnicos, bancos de desenvolvimento e agências de cooperação bilateral se mostram necessários para iniciar e assegurar o apoio aos processos multissetoriais complexos de médio e longo prazo.

Algumas estruturas de abordagens integradas já "em teste" na região são:

- Adaptação às mudanças climáticas baseada nos ecossistemas;
- Meios de vida sustentáveis;
- Economia verde e inclusiva;
- Consumo e produção sustentáveis;
- Mostrando o elo entre pobreza e meio ambiente;
- O nexos de água-alimentos-energia.

Um dimensionamento adicional é necessário para que se tornem peças centrais na definição de estratégias de desenvolvimento.

**250%** das experiências já foram replicadas na região



**60%** das experiências tiveram o apoio técnico e/ou financeiro de organizações internacionais.



© PNUMA

## 04

### VÁRIAS LACUNAS ATUAIS

Avançar a abordagem integrada em áreas onde hoje existem lacunas estratégicas tornou-se crucial para o desenvolvimento sustentável da região. No setor público, o enfoque integrado ainda não foi adotado pelos demais poderes públicos, com exceção do Poder Executivo. O setor da educação tam-

bém é fundamental para assegurar as transformações socioeconômicas de longo prazo necessárias, as quais incluem adoção de estilos de vida mais sustentáveis e formação de uma nova geração de profissionais. Em relação ao setor empresarial, apesar de vários avanços para tornar as empresas mais verdes, uma ampla lacuna permanece para promover uma abordagem integrada nas indústrias extrativas e nos empreendimentos tecnológicos e produtivos (por exemplo, mineração, empresas verdes inclusivas, as minoculturas e a exploração de gás de xisto).

# 05

## AS INICIATIVAS INTEGRADAS FACILITAM A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS AO MAXIMIZAR AS SINERGIAS ENTRE OS ALVOS

A Agenda 2030 identifica a necessidade de assegurar que a multiplicidade de interações entre as mudanças econômicas, sociais e ambientais seja levada em consideração. Embora desenvolvidas antes desse acordo, as iniciativas abrangem vários ODS e contribuem para a implementação de uma variedade de seus alvos específicos. Em cada um dos seus respectivos campos, as iniciativas fornecem evidências da eficácia de tais políticas e revelam uma base conceitual e prática, pronta para a ampliação e disponível na região.

Em média, as experiências contribuem para

# 45

ou ODS e variam entre 2 a 8. Nesses casos, a qualidade das sinergias entre os objetivos é essencial.

O fornecimento de um suprimento confiável de água para fins domésticos e econômicos contribui para cidades inclusivas e sustentáveis.

### SINERGIAS APROVEITANDO MÚLTIPLOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM EXEMPLO DA REGIÃO

#### FUNDO DA ÁGUA DE OUITO



O foco central dos Fundos Hídricos é contribuir para a proteção das bacias hidrográficas e ajudar a assegurar o abastecimento de água em quantidade e qualidade.



Programas de educação e campanhas de conscientização promovem o uso sustentável da água e dos recursos naturais.



Os Fundos Hídricos são um mecanismo financeiro com base em uma parceria entre os setores público e privado e a sociedade civil.



Ao assegurar a tomada de decisões informadas e participativas, esse mecanismo evita conflitos sobre a distribuição de água.



Mitigação das mudanças climáticas: sumidouros naturais de carbono são preservados e restaurados. Adaptação às mudanças climáticas: A segurança hídrica reforçada em um contexto de déficit hídrico crescente.



A prioridade é dada para conservar, restaurar e usar, de forma sustentável, os ecossistemas de água doce e florestas.



A gestão integrada de água proporciona uma utilização mais sustentável dos recursos naturais.



Contribuir para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.



**“AS AÇÕES COMUNS, METAS LIGADAS E AS MEDIDAS DE POLÍTICAS INTEGRADAS TÊM MELHORADO BASTANTE O IMPACTO DO PROJETO EM VÁRIOS NÍVEIS”**

# REFERÊNCIAS

## RESOLUÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

ONU. (1972). *Declaração do Estímulo, Princípio 13*. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. ONU. (1982). *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 31-4 Junho 1982, vol. 1. Resoluções adotadas pela Conferência/United Nations publication, Sales No. E.82.18 and corrigendum, Resolution 1, anexo II.

ONU. (2012). *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*. Nações Unidas, Nova York.

ONU. (2012). *Resolução A/RES/66/288 da Assembleia Geral O futuro que queremos*. Nações Unidas, Nova York.

ONU. (2015). *Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para um desenvolvimento sustentável*. Nações Unidas, Nova York.

## REFERÊNCIAS PARA INFORMAÇÃO ADICIONAL

UNU. (2009). *WFP (1989). World Conservation Strategy*. Livro de Consulta para a Conservação da Vida Selvagem/Conservation for Sustainable Development. Geneva/Inailchi.

UNEP. (2016). *GEI 6 Regional Assessment for Latin America and the Caribbean*. United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya.

WCEU. (1997). *Our Common Future*. World Commission on Environment and Development. Oxford University Press, Oxford.

## REFERÊNCIAS DAS EXPERIÊNCIAS POR PAÍS

### Bolívia

Piñón, B., T. Pratono e B. Pawlowski. 2015. *Community for our management and ambienta organizations in Bolivia*. In: Prastenzlik, Nick and Herman Sverjig best. (2015). *Effective Forest and Farm Producer Organizations*. ETRN News 57. In: *peritos Internationall*, Wageningen, The Netherlands.

Vargas, R. *et al*. *Informe: Manaje Forestal Comunitario de Rio de las Yungas de Bolivia*. Mimeo.

### Brazil

Cebal, P. et al. (2014). *Programa Brasil Verde: Estratègia de extrema natureza e conservação ambiental*. Em: *O Brasil sem Misèria* (2014). Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov/>.

Costa, A. e Azeite, K. (2015). *O Programa Água Doce: Trans-formando uma tecnologia convencional em tecnologia social*. Apresentação na Câmara Técnica e Saneamento em Comunidades Isoladas – ARES SP, São Paulo.

## Colômbia

Costa, A. e Azeite, K. (2013). *O Programa Água Doce: Trans-formando uma tecnologia convencional em tecnologia social*. Em: Costa, Adriano Borges, Olga Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Fundação Banco de Brasil.

Ministério do Meio Ambiente. (2014). *Brasil Verde: Um benefício para apoiar e valorizar as famílias que vivem dos recursos naturais e conservam as riquezas do Brasil*.

MMAM/PGM/SMDA. (2013). *Brasil Verde – Estratègia de extrema natureza e conservar o meio ambiente: História, gestão e monitoramento*. Brasília/CPAEL.

Ministério do Meio Ambiente. (2013). *Brasil Verde: Programa de Apoio à Conservação Ambiental*. Folate, Brasília.

Ministério do Meio Ambiente. (2001). *Plano de Ação para o Diagnóstico e Consumo Sustentáveis – PDCS*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

Ministério do Meio Ambiente (2014). *Plano de ação para o diagnóstico e consumo sustentáveis – PDCS*. Relatório do primeiro ciclo de implementação. Brasília.

Silva, G. L., et al. (2013). *Programa Brasil Verde de governo Federal: Controle e acompanhamento*. Em: *Revista de Política Agrícola*, Ano XXI, No. 4.

Veiga, H.F., H.S. Ferreira e L.H. Dutra. (2012). *O papel da tecnologia social no gestão de sistemas de desafiamento no Sudeste brasileiro*. Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revista EA), 11(1), pp. 16-20.

### Chile

World Bank. (2013). December 18). *En la agricultura, el agua vector de la basura en un desperdicio*. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/news/feature/2013/12/18/basura-en-la-agricultura>

Centro Mario Molina. (2014). *Plan De Descontaminación Ambiental, Estrategia 2014 – 2018*. Ministerio del Medio Ambiente de Chile. Disponível em: [http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014\\_PlanDescontaminacionAmbienta1](http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014_PlanDescontaminacionAmbienta1)

### China

Centro Mario Molina. (2014). *Plan De Descontaminación Ambiental, Estrategia 2014 – 2018*. Ministerio del Medio Ambiente de Chile. Disponível em: [http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014\\_PlanDescontaminacionAmbienta1](http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014_PlanDescontaminacionAmbienta1)

Secretaría Regional Ministerial del Medio Ambiente, Región Metropolitana. *Informe Final para el Gestión de Especies Críticas de Conservación Amenazada por Material Particulado Respirable (PM10)*. Período 2015.

Oryán, R. e Larrañaga, L. (2000). *Contaminación del aire en Santiago: qué es lo que se ha hecho, qué está haciendo el Ministerio del Medio Ambiente*. (2013). *Primer Reporte del Estado del Medio Ambiente de Chile*. Santiago de Chile.

## Cuba

Costa, A. e Azeite, K. (2013). *O Programa Água Doce: Trans-formando uma tecnologia convencional em tecnologia social*. Em: Costa, Adriano Borges, Olga Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Fundação Banco de Brasil.

Ministério do Meio Ambiente. (2014). *Brasil Verde: Um benefício para apoiar e valorizar as famílias que vivem dos recursos naturais e conservam as riquezas do Brasil*.

MMAM/PGM/SMDA. (2013). *Brasil Verde – Estratègia de extrema natureza e conservar o meio ambiente: História, gestão e monitoramento*. Brasília/CPAEL.

Ministério do Meio Ambiente. (2013). *Brasil Verde: Programa de Apoio à Conservação Ambiental*. Folate, Brasília.

Ministério do Meio Ambiente. (2001). *Plano de Ação para o Diagnóstico e Consumo Sustentáveis – PDCS*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

Ministério do Meio Ambiente (2014). *Plano de ação para o diagnóstico e consumo sustentáveis – PDCS*. Relatório do primeiro ciclo de implementação. Brasília.

Silva, G. L., et al. (2013). *Programa Brasil Verde de governo Federal: Controle e acompanhamento*. Em: *Revista de Política Agrícola*, Ano XXI, No. 4.

Veiga, H.F., H.S. Ferreira e L.H. Dutra. (2012). *O papel da tecnologia social no gestão de sistemas de desafiamento no Sudeste brasileiro*. Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revista EA), 11(1), pp. 16-20.

### Chile

World Bank. (2013). December 18). *En la agricultura, el agua vector de la basura en un desperdicio*. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/news/feature/2013/12/18/basura-en-la-agricultura>

Centro Mario Molina. (2014). *Plan De Descontaminación Ambiental, Estrategia 2014 – 2018*. Ministerio del Medio Ambiente de Chile. Disponível em: [http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014\\_PlanDescontaminacionAmbienta1](http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014_PlanDescontaminacionAmbienta1)

### China

Centro Mario Molina. (2014). *Plan De Descontaminación Ambiental, Estrategia 2014 – 2018*. Ministerio del Medio Ambiente de Chile. Disponível em: [http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014\\_PlanDescontaminacionAmbienta1](http://www.mma.cl/ci/304/articulos/3014_PlanDescontaminacionAmbienta1)

Secretaría Regional Ministerial del Medio Ambiente, Región Metropolitana. *Informe Final para el Gestión de Especies Críticas de Conservación Amenazada por Material Particulado Respirable (PM10)*. Período 2015.

Oryán, R. e Larrañaga, L. (2000). *Contaminación del aire en Santiago: qué es lo que se ha hecho, qué está haciendo el Ministerio del Medio Ambiente*. (2013). *Primer Reporte del Estado del Medio Ambiente de Chile*. Santiago de Chile.

# ANEXO ODSE METAS



## OBJETIVO 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

12 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.

12 Até 2030, reduzir pelo menos a metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todos as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

12 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pessoas e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

14 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias, agricultura e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

15 Até 2030, reduzir a resiliência das pobres e desiguais em relação à vulnerabilidade, e reduzir a exposição à vulnerabilidade devida a eventos extremos relacionados com o clima.

16 Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados para o desenvolvimento, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para que os países em desenvolvimento, e particularmente os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

17 Criar novas políticas públicas em níveis nacional, regional e municipal, com base em evidências de desenvolvimento a favor do pobre e sensíveis a gênero, para apoiar iniciativas abrangentes das ações de erradicação da pobreza.



## OBJETIVO 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

12 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todos as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e sustentáveis durante todo o ano.

22 Até 2030, acabar com todas as formas de desertificação, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre reanimação e recuperação de terras degradadas de cinco anos de tálax, e evitar as perdas das terras férteis das adições, mulheres, indígenas e habitantes e pessoas, locais e tradicionais, incluindo a produtividade agrícola e a renda das pequenas produtoras de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual a terra, outros recursos produtivos e naturais, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.

24 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, as condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que mantenham progressivamente a qualidade da terra e do solo.

25 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificadas e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso a e a participação justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

26 Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e melhoramento de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento.

26 Promover a presença de mulheres nos setores de tecnologia e inovação, inclusive por meio de capacitação e liderança de mulheres em nível mundial, regional e internacional, e garantir o acesso a e a participação justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

26 Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e melhoramento de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento.

26 Promover a presença de mulheres nos setores de tecnologia e inovação, inclusive por meio de capacitação e liderança de mulheres em nível mundial, regional e internacional, e garantir o acesso a e a participação justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

26 Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e melhoramento de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento.



## OBJETIVO 3. Assurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

31 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

32 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países desenvolvendo estratégias nacionais para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos por pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

33 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

34 Até 2030, reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

35 Fortalecer a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas sintéticas e uso nocivo do álcool.

36 Até 2030, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

37 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

38 Adotar e implementar estratégias e programas nacionais de saúde mental, e acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e de acesso a medicamentos e vacinas essenciais, incluindo a prevenção e o tratamento de doenças de saúde mental e o bem-estar.

39 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

39 Fortalecer a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

39 Adotar pesquisas e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, a prevenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais, a prevenção e o tratamento de doenças de saúde mental e o bem-estar.

39 Adotar pesquisas e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, a prevenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais, a prevenção e o tratamento de doenças de saúde mental e o bem-estar.



## OBJETIVO 4. Assurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

41 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

42 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

43 Até 2030, assegurar a qualidade de acesso para todos os homens e mulheres à educação terciária, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo aprendizagem por competências necessárias para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

45 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a qualidade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

46 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial porção dos adultos, homens e mulheres, adquiram competências técnicas e digitais para o trabalho decente e empreendedorismo.

47 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos essenciais para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, qualidade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

48 Criar e fortalecer instituições locais para educação, apoiadas para crianças e jovens, às famílias e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não-violentos, inclusivos e eficazes para todos os alunos, incluindo as meninas e mulheres, a aprendizagem e o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, e a aprendizagem e o acesso a serviços de saúde mental e o bem-estar.

49 Até 2030, sustentar e ampliar gradualmente o número de escolas para todos os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, para o ensino regular, incluindo o ensino técnico, profissional, superior e de pesquisa, e o ensino a distância, em particular os países menos desenvolvidos.

50 Até 2030, sustentar e ampliar gradualmente o número de escolas para todos os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, para o ensino regular, incluindo o ensino técnico, profissional, superior e de pesquisa, e o ensino a distância, em particular os países menos desenvolvidos.

51 Até 2030, sustentar e ampliar gradualmente o número de escolas para todos os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, para o ensino regular, incluindo o ensino técnico, profissional, superior e de pesquisa, e o ensino a distância, em particular os países menos desenvolvidos.

52 Até 2030, sustentar e ampliar gradualmente o número de escolas para todos os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, para o ensino regular, incluindo o ensino técnico, profissional, superior e de pesquisa, e o ensino a distância, em particular os países menos desenvolvidos.



## OBJETIVO 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas

51 Acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas em toda parte.

52 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico de pessoas e exploração sexual e de outros tipos de exploração.

53 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos forçados, a mutilação genital feminina e outros tipos de práticas nocivas, por meio de disponibilidade de serviços públicos, regulamentação e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

54 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

55 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências revisadas.

56 Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

57 Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

58 Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável que promova a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas em todos os níveis.



## OBJETIVO 6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos

61 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.

62 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, e reduzir substancialmente a poluição da água e do solo, e reduzir substancialmente o número de pessoas que vivem com o acesso de água insalubre.

63 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição e minimizando o risco de contaminação, e aumentando a proteção de ecossistemas relacionados, incluindo a melhoria da qualidade da água potável e a redução da poluição da água e do solo.

64 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retidas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que vivem com o acesso de água insalubre.

65 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação trans-fronteiriça, conforme apropriado.

66 Até 2030, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

67 Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio a capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de dados, a disseminação, a capacitação no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de novo tipo.

68 Adotar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.



**OBJETIVO 7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos**

- 7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
- 7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- 7.3** Até 2030, dobrar a taxa global da melhoria da eficiência energética
- 7.4** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisas e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
- 7.5** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de ação



**OBJETIVO 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos**

- 8.1** Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos
- 8.2** Ativar níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra
- 8.3** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que adotem as estratégias produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio de acesso a serviços financeiros
- 8.4** Melhorar progressivamente a participação de todos os recursos globais no consumo e na produção, e empregar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com países desenvolvidos assumindo a liderança
- 8.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todos os mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
- 8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de pessoas sem emprego, educação ou formação
- 8.7** Tomar medidas medidas e eficazes para reduzir o traçado do trabalho, acabar com o trabalho forçado e o tráfico de pessoas, e assegurar a proteção e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todos os seus forms
- 8.8** Promover os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
- 8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos e promova a cultura e o patrimônio locais
- 8.10** Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos
- 8.A** Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [IADC] e Trade para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, a Ásia e o Sudeste Asiático, incluindo o apoio da Iniciativa de Assistência Técnica [IATC] e o Trabalho Reforçado para a Assistência Técnica [IATC-TRF]
- 8.B** Até 2020, desenvolver e implementar uma estratégia de balança de pagamentos (open) e implementar o Plano Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]



**OBJETIVO 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação**

- 9.1** Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
- 9.2** Promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação de todos os países em desenvolvimento na infraestrutura global, com ênfase nos países de menor desenvolvimento relativo
- 9.3** Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e projetos de integração em cadeias de valor e mercados
- 9.4** Até 2030, modernizar a infraestrutura e estabilizar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência ambiental no uso de recursos e menor pegada de carbono e processos industriais limpos e ambientalmente adequados, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
- 9.5** Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, investindo em inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento
- 9.A** Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países em desenvolvimento do sul e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 9.B** Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outros coisas, diversificação industrial e aproveitamento das commodities
- 9.C** Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e o compromisso para promover o máximo acesso universal e a preços acessíveis à Internet nos países menos desenvolvidos, até 2020



**OBJETIVO 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles**

- 10.1** Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
- 10.2** Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
- 10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da implementação de leis, políticas e práticas discriminativas e da promoção de legislações, políticas e ações adequadas a este respeito
- 10.4** Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade
- 10.5** Melhorar a regulamentação e o monitoramento de mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
- 10.6** Assegurar uma regulamentação e um maior fôlego das parcerias em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, criativas, responsáveis e legítimas
- 10.7** Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas
- 10.8** Implementar o princípio de tratamento equitativo de fronteiras para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC
- 10.9** Promover e assistir a abertura do investimento externo direto, fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, e países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais
- 10.C** Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas de longo prazo e eliminar os custos das remessas com custos superiores a 5%



**OBJETIVO 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

- 11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanos de qualidade
- 11.2** Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária e a preço acessível para os pedestres das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
- 11.4** Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5** Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e desastres, incluindo em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger as vidas e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestado especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal e equitativo a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.A** Apoiar regimes econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- 11.B** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando implementações de políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência das economias, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres, e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, planos nacionais de desenvolvimento e planos de desastre em todos os níveis
- 11.C** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para corrigir as vulnerabilidades e resiliências, utilizar materiais locais



**OBJETIVO 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**

- 12.1** Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
- 12.2** Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos marítimos
- 12.3** Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos por meio de melhor planejamento, redução de perdas e produção e distribuição de alimentos ao longo das cadeias de produção e distribuição, incluindo as perdas pós-colheita
- 12.4** Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente sustentável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida desses, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação desses para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
- 12.5** Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio de prevenção, redução, reciclagem e reuso
- 12.6** Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a divulgar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios
- 12.7** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
- 12.8** Até 2020, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
- 12.A** Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
- 12.B** Desenvolver e implementar instrumentos para monitorar e reduzir o desenvolvimento sustentável para a vida e os produtos locais
- 12.C** Reconhecer as atividades essenciais e as commodities básicas que encorajam o consumo engraçado, eliminando as distorções de mercado de acordo com a circunstância nacional, inclusive por meio de regulamentação fiscal e regulamentação de outros subsídios prejudiciais, caso existam, para reduzir os seus impactos ambientais, tendo particularmente em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos negativos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que propicie os países e as comunidades afetadas



**OBJETIVO 14.**  
**Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**

**14.1** Conservar e usar sustentável os oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

**14.2** Até 2020, garantir a tomada sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos diversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua sustentabilidade, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

**14.3** Minimizar e eliminar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da capacidade científica em todos os níveis

**OBJETIVO 13.**  
**Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (\*)**



**13.1** Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

**13.2** Integrar medidas de mudança de clima nas políticas, estratégias e planejamento nacionais

**13.3** Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança de clima

**13.4** Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes do Acordo-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (UNFCCC) para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento no contexto das ações de mitigação significativas e transparente a implementação, a operabilidade plenamente financiada pelo Verde para o clima por meio de sua capacidade financeira

**13.5** Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança de clima e gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive em áreas costeiras, povos, comunidades locais e migrantes

(\*) Reconhecida que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (UNFCCC) é o fórum internacional apropriado para negociar a resposta global à mudança de clima.



**OBJETIVO 15.**  
**Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação de terra e deter a perda de biodiversidade**

**15.1** Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em particular florestas, zonas úmidas, montanhas e áreas áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes das acordos internacionais

**15.2** Até 2020, promover a implementação de gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o sequestro de carbono e o reflorestamento/gdibndimento

**15.3** Até 2020, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terras áridas, para desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

**15.4** Até 2020, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

**15.5** Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats terrestres, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, garantir uma proporção justa e equitativa das terras, com derivadas da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

**OBJETIVO 16.**  
**Promover sociedades pacíficas e justas e incluir para o desenvolvimento sustentável a promoção da justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis**



**16.1** Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares

**16.2** Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência contra a criança, com a violência contra a mulher e o tráfico de pessoas

**16.3** Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

**16.4** Até 2030, reduzir significativamente os casos financeiros e de abuso legais, reduzir o acúmulo de dívidas e a evasão de recursos e combater todas as formas de crime organizado

**16.5** Melhorar substancialmente a corrupção e o suborno em todos os seus níveis

**16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

**16.7** Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

**16.8** Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições globais de governança global

**16.9** Até 2020, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

**16.10** Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

**16.a** Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio de cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular no países em desenvolvimento, para a prevenção de violência e o combate ao crime organizado

**16.b** Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável



**OBJETIVO 17.**  
**Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**

**17.1** Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para a execução de projetos e outras receitas

**17.2** Países desenvolvidos implementem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% do produto nacional bruto (PNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; proporcionar de AOD não vinculadas a condições de dívida para fornecer pelo menos 0,20% do produto nacional bruto em AOD para os países menos desenvolvidos

**17.3** Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

**17.4** Ampliar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas comerciais desafiadas e promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e lutar de dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

**17.5** Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

**Objetivo 18.**  
**Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**

**18.1** Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em menor mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de liderança de tecnologia global

**18.2** Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e o difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições construtivas e preferenciais, conforme mutuamente acordado

**18.3** Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacidade em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, a implementação, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

**18.4** Até 2020, reforçar a capacidade para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

**18.5** Até 2020, valorizar os indicadores existentes para melhorar medidas de progresso de desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e explorar a capacidade estatística nos países em desenvolvimento





MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

